

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios
DE SÃO PAULO



Ano 5 • Número 41 • R\$ 7,00

53º Congresso Estadual de Municípios “CRISE FINANCEIRA”

REFLEXOS E OPORTUNIDADES PARA OS MUNICÍPIOS

Evento reúne diversos representantes do governo e é recorde de público



IBGE:

Avangam os trabalhos para o Censo Demográfico 2010

ENTIDADE:

Nova diretoria da AMCOP toma posse em solenidade festiva

TCE:

Presidente do TCE comenta a atuação do Tribunal junto aos municípios

APM PRESTA HOMENAGEM AO DEPUTADO FEDERAL JOÃO HERRMANN

SAC CAIXA

Informações, reclamações, sugestões e elogios

0800 726 0101

Para pessoas com deficiência auditiva

0800 726 2492

Ouvidoria

0800 725 7474

VEM. A HORA
É AGORA.



AQUI VOCÊ FINANCIARIA SEU IMÓVEL



- Até 30 anos para pagar.
- Use o Fundo de Garantia.*
- Financiamento de até 100% do valor do imóvel.**
- Prestações decrescentes.***

Veja tudo o que você precisa saber sobre financiamento e sobre o Feirão: caixa.gov.br

CAIXA. O banco que acredita nas pessoas.



CAIXA

* De acordo com os critérios de utilização definidos pelo Conselho Curador do FGTS.
** Disponível nos financeiramente com recursos do FGTS. Verifique as condições no site.
*** Financiamento feito com renda fixa e direcionado ao longo prazo.



Associação Paulista de Municípios

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01222-000
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA APM GESTÃO 2009 - 2012

Presidente da APM

Marcos Monti

Prefeito de São Manuel (1993 a 1996)

1º Vice-Presidente

José Luiz Rodrigues

Prefeito de Aparecida (2001 a 2008)

2º Vice-Presidente

José Mauro Dedemo Orlandini

Prefeito de Bertioga (1993 a 1996 e 2008 a 2012)

3º Vice-Presidente

Herculano Castilho Passos Júnior

Prefeito de Itu (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

4º Vice-Presidente

Diego Denadai

Prefeito de Americana (2009 a 2012)

Secretário Geral

Aquevirque Antônio Nholla

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993 a 1996 e 1983 a 1992)

1º Secretário

Antônio Cesar Simão

Prefeito de Itapuí (1993 a 1996)

2º Secretário

Sebastião Misara

Vereador de Barretos (1972 a 1996)

3º Secretário

Jamil Akio Ono

Prefeito de Andradina (2009 a 2012)

Tesoureiro Geral

Carlos Alberto Cruz Filho

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1983 a 1988)

1º Tesoureiro

Marisa de Souza Pinto Fontana

Prefeita de Socorro (2009 a 2012)

2º Tesoureiro

José Ademir Infante Gutierrez

Prefeito de Teodoro Sampaio (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

3º Tesoureiro

Antônio Carlos de Faria

Prefeito de Caconde (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Antonio Francelino

Prefeito de Álvaro de Carvalho (1989 a 1992 / 1997 a 2000 e 2001 a 2004)

Modesto Salvatierra Filho

Vereador de Brotas (2001 a 2004 e 2009 a 2012)

Newton Rodrigues Freire

Prefeito de Gália (1989 a 1992)

CONSELHO FISCAL

Francisco Leoni Neto

Prefeito de Bariri (2001 a 2004 e 2005 a 2008)

José Franciscos da Rocha Oliveira

Prefeito de Pardinho (1983 a 1988 / 1993 a 1996 / 2005 a 2008 e 2009 a 2012)

Maria Antonieta de Brito

Prefeita de Gravatá (2009 a 2012)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Mariânea Mariottini

Vereadora de Mogi Mirim (1989 a 2008)

Vice-Presidente

Roque Joner

Prefeito de Pratânia (1997 a 2004)

Secretário

Gianpaulo Baptista

Vereador de Porto Feliz (1988 a 1990)

EDITORIAL

SOMENTE ATRAVÉS DA UNIDADE



Nesta edição, mostraremos um pouco do que foi o 53º Congresso Estadual de Municípios, realizado em Santos, sem sombra de dúvida o maior evento municipalista do nosso Estado.

Mantendo nossa tradição de provocarmos as discussões que envolvem o dia a dia das gestões municipais, escolhemos como tema central a Crise Financeira, debatendo seus reflexos e buscando oportunidades. Visando enriquecer esse debate, convidamos para participar do nosso Congresso representantes dos Governos Federal e Estadual para que todos pudesse manifestar seus pontos de vista.

Porém, o grande sucesso deste nosso Congresso foi a participação maciça dos prefeitos (as), vice-prefeitos (as), vereadores (as) e técnicos do executivo e legislativo dos nossos municípios, que estavam ávidos por informações, neste início de mandato e também em decorrência da Crise Financeira.

Nosso grande desafio frente à APM é a luta pela unidade do movimento municipalista. Tenho participado efetivamente das ações da Confederação Nacional de Municípios – CNM, nas lutas em favor de nossas bandeiras. Levo sempre a mensagem de unidade do movimento a todas as reuniões de Entidades Regionais das quais participo, alertando os nossos prefeitos (as) que somente unidos atingiremos nossos objetivos.

Essa vontade de lutar pelos nossos interesses e pela unidade do movimento não pode estar apenas no Presidente da APM; tem que ser disseminada para todos aqueles que acreditam que, somente através de um município forte, conseguiremos resolver os problemas locais, estaduais e nacionais.

Gostaria aqui de demonstrar o que a unidade do movimento consegue realizar. Com a queda da arrecadação dos municípios em virtude da Crise Financeira, os prefeitos de todo Brasil começaram a se organizar e mostrar que seria impossível administrar seus municípios com essa queda acentuada.

Várias Entidades Regionais e Estaduais se manifestaram; fizemos a unidade de nossas reivindicações através da CNM e, graças à sensibilidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conseguimos que os repasses de FPM em 2009 fossem iguais aos de 2008, medida que vai ajudar muito os municípios a atravessar esse período de dificuldades.

Agora, se nenhum prefeito tivesse se manifestado, se as Entidades não tivessem se organizado, se a unidade em torno de um ideal não tivesse ocorrido, nada seria conquistado; estariamos à deriva.

Portanto, enquanto estiver na Presidência da APM, não cansarei de concluir que precisamos estar unidos na defesa das causas municipalistas do nosso Estado e de nosso País. Somente assim conseguiremos dias melhores para nossos municípios e para nossas populações.

Aqueles que pensarem como eu, juntem-se ao movimento municipalista, empunhando conosco nossas bandeiras para termos em nossos municípios a real capacidade de atender aos anseios de nossas populações.

Saudações municipalistas! A luta continua!

MARCOS MONTI

Presidente da APM

SUMÁRIO



53º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

- | | |
|--|--|
| 7 BALANÇO GERAL | 19 TCE |
| 8 VISITA DO GOVERNADOR JOSÉ SERRA | 20 DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA |
| 9 SOLENIDADE DE ABERTURA | 21 GESTÃO PÚBLICA |
| 10 LEI ORGÂNICA | 22 PINGA FOGO |
| 11 EDUCAÇÃO | 23 VISITA PREFEITO GILBERTO KASSAB |
| 12 FINANÇAS | 24 MOMENTO CULTURAL |
| 13 EMPREGO | 25 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL |
| 14 IBGE, FUNDESPA E ABRINQ | 26 ATUALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO |
| 15 MEIO AMBIENTE | 27 FRASES |
| 16 SANEAMENTO | 30 GALERIA DE FOTOS |
| 17 AGRICULTURA | 37 CARTA DE SANTOS |
| 18 HABITAÇÃO | |
| <hr/> | |
| 5 ENTREVISTA | 53 ATIVIDADES DA APM |
| 39 IPT | 59 CODIVAR |
| 41 IBGE | 60 ARTIGO NEPOTISMO |
| 43 TCE | 62 CASOS E CAUSOS |
| 45 ENTIDADE | |
| 46 ARTIGO DEP. JOÃO CARAMEZ | |
| 48 LEGISLATIVO | |
| 49 ARTIGO JURÍDICO | |
| 50 PÁGINA DA HISTÓRIA | |
| 51 ANIVERSÁRIANTES DO MÊS | |



ERRATA - EDIÇÃO 40

Na última edição, na Parte I do artigo do TCE - "REJEIÇÃO DAS CONTAS DO PREFEITO" - faltou no início do texto o nome do Dr. Sergio Ciqueira de Rossi.

Na página do IPT, no artigo IPT "Bioengenharia de solos: na proteção de cursos d'água", não foi mencionado o nome da autora, a bióloga Maria Lúcia Solera.

EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla
Antônio Cesar Simão



REDAÇÃO

EDITORA
Daniela Bertoldo
imprensa@apaulista.org.br

EDIÇÃO DE ARTE

Núbia Barros
webmaster@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

GSenne Soluções em Negócios
Tel.: (11) 4368-5678 / 4367-5632

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Fone/Fax: (11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
imprensa@apaulista.org.br

Maio - Junho/2009

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

A atuação do TCE junto aos municípios

Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo fala sobre os projetos em andamento

Com o objetivo de acrescentar qualidade à administração pública, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vem promovendo encontros de orientação a prefeitos e dirigentes municipais do estado de São Paulo.

Durante os encontros, são esclarecidos pontos polêmicos da legislação e indicadas soluções para uma correta prestação de contas por parte do administrador. Além disso, o TCE confeccionou a cartilha “Os cuidados do Prefeito com o Mandato”, visando orientar os gestores.

O trabalho didático do TCE e sua atuação junto aos municípios foram assuntos comentados pelo Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Edgard Camargo Rodrigues, em entrevista à MUSP.

Também entraram em pauta assuntos como a fiscalização das ONGs, o funcionamento do projeto Audesp e a situação dos municípios que sobrevivem basicamente dos repasses do governo, diante à crise econômica.

O Conselheiro Edgard é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com especialização em Direito Administrativo. Está no Tribunal desde 1991 e ocupa a presidência pela terceira vez.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo está promovendo encontros de orientação a prefeitos e dirigentes municipais. Qual o objetivo desses encontros? Quantas reuniões serão feitas e qual o principal tema dos encontros?

Desde abril, estamos realizando encontros com agentes políticos, os quais, em 30 localidades do Estado, deverão reunir todos os 644 municípios jurisdicionados. Nas reuniões estão sendo debatidas, com maior ênfase, cláusulas restritivas em licitações, bem assim repasses ao terceiro



Presidente do TCE Edgard Camargo Rodrigues

setor da economia. Realizado em Guararapes, o primeiro encontro alcançou municípios da Alta Noroeste, comparecendo 200 agentes públicos, entre prefeitos, presidentes de Câmara, procuradores, contadores e demais servidores que militam na administração financeira.

Nas análises das últimas contas dos municípios paulistas, quantos municípios tiveram suas contas rejeitadas? Qual o principal motivo?

Em média, nosso parecer desfavorável tem alcançado quase um terço dos municípios jurisdicionados; mais precisamente 32,30% deles. Nesse universo de recusa, 36% têm a ver com a falta de aplicação dos mínimos constitucionais do ensino, quais sejam: 25% na educação global; 60% do FUNDEB na remuneração do magistério, sendo certo que, ao menos, 95% desse fundo devem ser utilizados, necessa-

riamente, no próprio ano da arrecadação.

Relativamente ao biênio 2005-2006, o insuficiente pagamento de precatórios judiciais foi o principal motivo da avaliação negativa, respondendo por nada menos que 52% dos pareceres desfavoráveis do Tribunal.

Em caso de dúvidas quanto à prestação de contas, como os municípios devem proceder para ter informações no TCE? O Tribunal tem um serviço de atendimento aos municípios?

As dúvidas são respondidas pela unidade de fiscalização a qual se vincula o Município, quer as 11 diretorias da Capital, quer as 15 unidades regionais do Interior.

O TCE distribuiu cartilhas aos novos prefeitos. Qual o foi o objetivo desta distribuição e qual o conteúdo dessas cartilhas?

Entre novembro e dezembro do ano passado, realizamos 5 encontros para os novos Prefeitos do Estado. Na ocasião, distribuímos a cartilha intitulada “Os Cuidados do Prefeito com o Mandato”, que analisa, uma a uma, todas as causas que vêm ensejando o parecer desfavorável, bem como os motivos que geram recomendações da Corte. Esse material acha-se franqueado em nossa página eletrônica: www.tce.sp.gov.br.

Enfim, para cumprir esse salutar trabalho pedagógico, o TCESP promove, anualmente, dezenas de encontros com agentes políticos e servidores do Estado e municípios jurisdicionados, produzindo, ademais, manuais básicos, destinados a melhor orientar os que militam na arrecadação e uso do dinheiro recolhido da sociedade.

As cartilhas de direito financeiro são, periodicamente, revistas e ampliadas à luz de mudanças nas leis e nos entendimentos jurisprudenciais, notadamente os daqui desta Corte e dos tribunais superiores da Nação.

Um dos trabalhos do TCE é a fiscalização das transferências de recursos do governo estadual e das prefeituras para entidades sem fins lucrativos. Qual o objetivo desta fiscalização?

O intuito primordial é verificar a adequada aplicação do dinheiro público, dentro das metas pactuadas no instrumento de ajuste, seja ele um convênio, um contrato de gestão ou um termo de parceria. Aliás, em nossa página eletrônica é possível ao cidadão ver quanto o Estado repassa para cada entidade do terceiro setor; tudo isso, no contexto de cada município do Estado de São Paulo.

Nosso manual básico sobre Repasses ao Terceiro Setor indica os principais desacertos no uso desses recursos; exemplifico alguns deles:

- * Saque total dos recursos sem levar em conta o cronograma físico-financeiro de execução do objeto;
- * Realização de despesas fora da vigência da Lei ou do ajuste;
- * Saque dos recursos para pagamento em espécie de despesas;
- * Utilização de recursos em pagamentos de despesas outras, diversas, não com-

patíveis com o objeto da Lei ou do ajuste e a finalidade da entidade;

- * Pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- * Transferência de recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- * Aceitação de documentação inidônea para comprovação de despesas, como por exemplo, notas fiscais “frias”;
- * Falta de conciliação entre os débitos em conta e os pagamentos efetuados;
- * Ausência de aplicação de recursos no mercado financeiro;
- * Condições insuficientes de operação das beneficiárias, tais como precariedade de instalações, mão-de-obra desqualificada, entre outras;
- * Entidades que remuneram diretores e, assim fazendo, disfarçam a ilegal distribuição de “lucros”;
- * Entidades que empregam pessoas indicadas por dirigentes governamentais, servindo como meio para burlar o concurso público.

O Projeto Audesp procura viabilizar a técnica correta em planejamento e execução contábil, obrigando os municípios a fornecerem relatórios eletrônicos. As prefeituras já estão dominando os conceitos inerentes ao Projeto? A fiscalização tornou-se mais rigorosa?

Sim, o Projeto AUDESP valoriza e, muito, um dos pilares de responsabilidade fiscal: o planejamento orçamentário. De fato, comparamos, mediante programa específico, a efetiva execução das ações de governo com o que foi previsto nas leis de orçamento e, caso haja disparidades, fazemos sucessivos alertas aos gestores, os quais são também avisados quando se avizinha um déficit orçamentário ou, ainda, quando outros desvios fiscais se evidenciam após a análise eletrônica, como o caso da superação do limite da despesa de pessoal e da dívida, além de outros fatores que possam comprometer a boa gestão do dinheiro público.

Por meio do AUDESP, as intervenções do Tribunal propiciam a que os Municípios possam corrigir, ainda em tempo há-

bil, suas rotas de administração financeira, resultando tudo isso, claro, em melhor gerenciamento do erário.

A propósito, o Congresso Nacional já aprovou projeto de lei que altera parte da Lei de Responsabilidade Fiscal, nisso obrigando todos os Municípios a adotar sistemas contábeis semelhantes ao SIAFI da União ou o SIAFEM dos Estados. No caso do Estado de São Paulo, esse comando já foi suficientemente resolvido com o Projeto AUDESP.

Tendo em vista o cenário da crise econômica financeira, como o senhor vê a situação dos municípios que sobrevivem basicamente dos repasses do FPM – Fundo de Participação dos Municípios?

A crise econômica não afeta somente a arrecadação do FPM. O ICMS também é bem sensível à redução da atividade econômica e, nesse cenário de perda, os municípios industrializados ficam também prejudicados.

Penso que, nesse quadro recessivo, devem os Municípios providenciar a recuperação de sua receita própria e a contenção da despesa não-obrigatória, nisso revendo antigas renúncias fiscais, renegociando contratos de obras e prestação de serviços continuados, instituindo quotas de materiais de uso freqüente, cortando horas extras de servidores, revendo gratificações funcionais que hoje já não mais se justificam.

Os municípios que trabalham com o limite de folha de pagamento próximo ao permitido, em decorrência da queda do FPM, poderão ultrapassar esse limite estando sujeito às sanções da LRF. Como o TCE analisará esses casos?

Somente em duas hipóteses a LRF suspende as penalidades por superação do limite da despesa laboral; são elas: calamidade pública reconhecida pela respectiva Assembleia Legislativa ou, alternativamente, o crescimento baixo ou negativo do Produto Interno Bruto; isso, por mais de quatro trimestres consecutivos. É bem isso o que prescrevem os art. 65 e 66 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Saldo positivo: 5 mil participantes e 400 municípios representados

Em sua 53ª edição ininterrupta, Congresso Estadual de Municípios foi bastante elogiado pela representatividade política e pelos temas abordados

Por Daniela Bertoldo

O 53º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela APM - Associação Paulista de Municípios, de 31 de março a 4 de abril, em Santos, terminou com saldo positivo.

O evento reuniu 5 mil pessoas, com mais de 400 municípios representados, diversas autoridades e palestrantes de renome e temas de suma importância para a administração pública.

A Programação Geral trouxe plenárias, pinga-fogo e painéis sobre Lei Orgânica, Finanças, Agricultura, Meio Ambiente, Saneamento, Educação, TCE (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), Emprego, Habitação, Direitos da Pessoa com Deficiência, Gestão Pública, dentre outros assuntos.

Após o encerramento dos painéis, o público pôde conferir o Momento Cultural, que são palestras ministradas por personalidades do cenário político, econômico e cultural. Este ano, o Congresso recebeu ilustres convidados: o Ministro de Estado de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger; o presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf; e o ex-governador Geraldo Alckmin, Secretário de Estado de Desenvolvimento.

A APM também organiza a Programação Especial, voltada às primeiras-damas e presidentes do Fundo Social de Solidariedade. Neste auditório, ocorreram palestras sobre Crianças Desaparecidas, Combate à Violência contra a Mulher, Obesidade, Fundos Sociais em Rede, entre outros assuntos. A Profª Drª Mônica Serra, Presidenta do Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo, ministrou palestra e fez o encerramento da



Programação Especial

Paralela à programação, o 53º CEM ofereceu aos participantes uma Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologias, reunindo mais de 100 stands, de diversos segmentos.

Saldo positivo

Para o presidente da APM, Marcos Monti, o balanço foi extremamente positivo. "A APM, uma entidade que representa os 645 municípios de nosso estado e tem nesses municípios toda a representação política, com os prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos, vice-prefeitas, vereadores e vereadoras, realmente mostrou que a participação das autoridades municipais foi expressiva, tendo mais de 400 municípios representados e cinco

mil participantes. Realmente, foi um grandioso evento".

Segundo Marcos Monti, num momento em que os municípios estão preocupados com os reflexos da crise financeira, foi debatido, exaustivamente, tudo aquilo que o município pode fazer no sentido de melhorar sua receita, com ações efetivas que possam trazer economia para o município. "Enfim, foi um Congresso muito importante, sem contar a participação de ministros de estado, secretários estaduais e a participação do governador José Serra, que realmente mostrou que está preocupado com a situação dos municípios. Tudo isso fez com que o Congresso fosse um sucesso, que a gente espera repetir no próximo ano".

Confira nas páginas seguintes tudo o que ocorreu no Congresso.

“O movimento municipalista é fundamental”, diz José Serra

Governador do Estado de São Paulo participou do 53º Congresso Estadual de Municípios e destacou a importância da luta municipalista



O penúltimo dia do 53º Congresso Estadual de Municípios foi bastante movimentado em razão da vinda do Governador do Estado de São Paulo, José Serra.

Serra visitou os stands, falou com a imprensa, prestigiou o painel do Secretário de Estado de Gestão Pública, Sidney Beraldo, e discursou aos congressistas, levantando a bandeira do municipalismo. “O movimento municipalista é fundamental, pois mexe com a qualidade de vida das pessoas. Para governar São Paulo é fundamental trabalhar junto com os municípios. Essa é a nossa prática. Pensando na parte fiscal, os municípios brasileiros, no seu conjunto, investem mais que o Governo Federal, se forem excluídas, por exemplo, empresas como a Petrobrás. Isso dá a idéia do peso dos municípios”.

O governador parabenizou o presidente da APM, Marcos Monti, dizendo que se sentia muito confortável no Congresso Estadual de Municípios. “A APM é apartidária e reúne todos os municípios

e todos os parlamentares. Fico satisfeito porque tem gente que continua valorizando essa militância política. Estamos vendo aqui vários políticos que estão associados à gestão pública da maior qualidade e da maior transparência. Viva a democracia”.

Serra fez menção especial ao Secretário Sidney Beraldo, afirmando que “ele vem fazendo um trabalho excepcional”. “Queria fazer esse reconhecimento público porque o Sidney é um militante municipalista, grande Deputado Estadual; ele não queria ser Secretário de Gestão no começo, mas depois aceitou e deu muito certo. Está aumentando em 50% a capacidade do Poupatempo”.

sibilidade, como também na questão do tratamento”.

Durante sua explanação, destacou alguns projetos, dizendo que estão sendo investidos mais de 20 bilhões de reais neste ano e esse investimento será mantido, apesar da crise. “Isso é o mais importante de tudo. Só pudemos fazer isso porque pegamos o governo financeiramente arrumado pelo Covas, pelo Alckmin”.

O presidente da APM, Marcos Monti, agradeceu a presença do governador e fez questão de registrar o trabalho do Serra com os municípios no Estado de São Paulo. “Não tenho dúvida que ele foi o governador que mais assinou convênios



Também citou a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Linamara Battistella, que ministrou palestra no Congresso, durante o painel Direitos da Pessoa com Deficiência. “Queria aproveitar para enfatizar a questão do atendimento das pessoas com deficiência. É muito importante que os prefeitos se engajem. Estamos trabalhando não apenas na aces-

com os municípios paulistas”.

Além do governador José Serra, compuseram a mesa de autoridades o ex-governador Geraldo Alckmin, Secretário de Estado de Desenvolvimento; o prefeito de Santos, João Paulo Tavares Papa; os Deputados Federais José Aníbal e Milton Monti; os Deputados Estaduais Bruno Covas, Luciano Batista, Cássio Navarro, Celso Giglio, entre outras autoridades.

Dilma Rousseff fala aos congressistas

Projetos do governo e crise econômica foram assuntos abordados pela Ministra

A presença mais aguardada na solenidade de abertura do 53º Congresso Estadual de Municípios foi a da Ministra Chefe de Casa Civil, Dilma Rousseff, que discursou aos congressistas e concedeu entrevista à imprensa, após uma recepção bastante calorosa.

Diante de um auditório lotado, Dilma falou sobre a importância do evento e elencou alguns projetos do governo Lula. "Não há política pública consistente sem os municípios. Gostaria de cumprimentar o Marcos Monti, presidente da Associação Paulista de Municípios, e, ao fazê-lo, estendo o cumprimento às 53 vezes que esse plenário em algum lugar de São Paulo esteve reunido".

Ao abordar a crise, ressaltou que alguns municípios serão mais atingidos e outros menos e isso se intensifica na própria transferência de fundo de participação, mas garantiu que o Governo Federal está consciente dessa diferenciação. "O Lula determinou que o Ministério da Fazenda fizesse um levantamento para verificar quais municípios foram mais atingidos pelos cortes".

Dilma salientou que o governo Lula tem os municípios como grandes parceiros para que o país consiga fazer política social e "levar à frente todos aqueles investimentos necessários para mudar a qualidade de vida das pessoas e, de fato, enfrentar os problemas que temos enfrentado".

O presidente da APM, Marcos Monti, comentou a satisfação em ver o Congresso tão cheio e tão bem representado por diferentes lideranças políticas. "A APM vai completar 61 anos de fundação e é uma entidade pluripartidária que vem trabalhando ao longo desses anos na defesa dos municípios paulistas e brasileiros".

O prefeito de Santos, João Paulo Tavares Papa, afirmou que a escolha do tema do Congresso foi bastante pertinente e que este é um momento de se buscar eficiência no setor público e soluções inovadoras. "Esta é a hora de buscarmos novos caminhos".

O deputado Celso Giglio, que foi presidente da APM durante 10 anos, ressaltou que se sente muito à vontade nas reuniões da APM, pois nelas existe um fórum suprapar-



tidário, "que realmente defende o município em sua existência e visa a discussão dos problemas que afetam os municípios brasileiros".

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Barros Munhoz, fez um discurso bastante enfático. "Não vou falar da crise, porque essa nós tiramos de letra. Quero falar da crise moral, dos valores, aos políticos honestos. Aqui me animo, porque no Congresso da APM estamos num ambiente suprapartidário".

Também fizeram o uso da palavra a presi-

dente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, que falou sobre a implantação das políticas de saneamento e habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida; e o Superintendente de Governo do Banco Nossa Caixa, Evaldo Borges.

Diversas autoridades compuseram a mesa, incluindo o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues; e o desembargador João Cláudio Caldeira, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.



REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Painel debate Revisão da Lei Orgânica

Dentre os assuntos, foi discutida a importância dos vereadores se aprofundarem nas técnicas legislativas



O primeiro painel do 53º Congresso Estadual de Municípios, trouxe o tema “Vereadores: Revisão da Lei Orgânica Municipal”.

Os trabalhos foram coordenados por Sebastião Misiara, Presidente da União de Vereadores do Estado de São Paulo – UVESP. “Aqui se formam as verdadeiras lideranças. É no Congresso de Municípios que se debate, se discute, é um laboratório de ideias por onde fluem as decisões que vão resolver o problema da vida de cada cidadão”, comentou Misiara.

A palestra foi ministrada pelo professor Rogério Rodrigues, com apoio do Profº Rodrigo Correa, que discorreu sobre o aspecto da postura do vereador e do dever institucional de buscar a revisão da Lei Orgânica.

O principal assunto debatido foi a integração entre os poderes legislativo e executivo no desenvolvimento dos municípios e a importância dos vereadores se aprofundarem nas técnicas legislativas para elaboração da redação das leis.

Segundo Rogério Rodrigues, consultor em Administração Pública e Advogado Especializado em Direito Público Mu-

nicipal, o poder legislativo precisa se conscientizar da importância da revisão da Lei Orgânica, para que novas diretrizes sejam redefinidas na política interna dos municípios. “A maioria das Câmaras Municipais não se deu conta, ainda, da necessidade da Revisão e Reforma da Lei Orgânica Municipal, não somente em face às alterações Constitucionais ocorridas nos últimos anos, bem como em razão de outras matérias cujo entendimento, com a evolução das interpretações dos estudos do Direito e das Cortes Judiciais e de Contas, trilhou interpretação diversa da produzida na década de noventa, período de elaboração e Promulgação das Leis Orgânicas”.

Durante palestra, Rogério explicou que, no aspecto relativo às mutações Constitucionais, muitas das emendas promulgadas até o momento refletem diretamente nas Leis Orgânicas. “Já se alcançou um total de 57 emendas ao Texto Fundamental Pátrio, somadas às seis Emendas Constitucionais de Revisão”.

Outras normas importantes, como das CPI's, por exemplo, merecem tratamento mais aprofundado pelas LOMs, segundo

salientou o professor, para não comprometer, nem gerar nulidade sobre o seu funcionamento, “já que grande parte do regramento contido nas Leis Orgânicas e nos Regimentos Internos encontra-se ultrapassada”.

De acordo com Rogério, mais de um terço dos textos da maioria das Leis Orgânicas municipais está incompatível com o atual sistema jurídico. “Portanto, é imperativo e natural que as Leis Orgânicas passem por uma revisão completa, não só com relação às reformas constitucionais, mas também com relação aos erros que se cometem no passado”.

Quanto aos Regimentos Internos, o palestrante informou que na maioria das Câmaras são totalmente ultrapassados em relação ao atual sistema constitucional. “Urge, portanto, que os Vereadores e especialmente os Presidentes das Câmaras se conscientizem da importância de reformatação das Leis Orgânicas e dos Regimentos Internos, adequando-os à realidade do atual sistema jurídico pátrio, em sintonia com o Estado Democrático de Direito”, finalizou.

EDUCAÇÃO

Educação na Saúde é tema de palestra

Um dos destaques foi para o projeto Universidade Aberta do SUS



O Painel Educação, que fez parte da programação do 53º Congresso Estadual de Municípios, recebeu os palestrantes Segisfredo Luís Brenelli, Coordenador Geral de Ações Estratégicas de Educação em Saúde; e Fábio Bonini Simões de Lima, Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE).

Brenelli falou sobre Política Nacional de Educação na Saúde, mencionando a criação (em 2003) da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no Ministério da Saúde (SGTES). A SGTES visa motivar e propor a mudança na formação técnica, de graduação e de pós-graduação; e um processo de educação permanente dos trabalhadores da saúde, a partir das necessidades de saúde da população e do fortalecimento do SUS - Sistema Único de Saúde.

O palestrante também destacou o projeto Universidade Aberta do SUS, que tem por objetivo qualificar os trabalhadores da Saúde por meio da educação à distância. A meta é oferecer, até 2011, especialização em Saúde da Família para mais de 52 mil profissionais e capacitação gerencial para 100 mil

trabalhadores de saúde. "O SUS é um grande empregador, mas os gestores têm dificuldade na contratação do profissional. Nossa grande esforço é adequar e ajudar para que as instituições cumpram as diretrizes curriculares".

Brenelli afirmou que devemos seguir sempre a questão do Pacto pela Saúde, que é a Defesa da Vida, do SUS e da Gestão. "Qualquer projeto ou ação nossa leva sempre essas ações. Na questão da Educação do Século XXI, existem quatro grandes princípios: Aprendemos para Conhecer, para Fazer, para Ser e Conviver. Vendo isso, precisamos mudar muito ainda a estrutura de nossos currículos".

Em sua opinião, não adianta formar o profissional em apenas 4, 5 ou 6 anos, sendo que ele vai trabalhar mais de 40, 50 anos. O importante é um estudo contínuo, uma educação permanente. "Podemos procurar alternativas para que esse profissional seja mais ativo, busque se adequar e estar sempre antenado. O estudante tem que ser um indivíduo que vai construir o seu saber".

Neste contexto, citou a Resolução CNE/CES Nº 4, de 7 de novembro de 2001, a qual inclui Diretrizes Curriculares Nacio-

ais do Curso de Graduação em Medicina. "Por que mudar a educação nas profissões de saúde? Há uma clara necessidade de melhorar, em todo mundo, a qualidade da assistência à saúde das populações. Essa mudança será impossível se as escolas da área de saúde não assumirem o compromisso de atender a essa necessidade da sociedade contemporânea".

FDE

O palestrante Fábio Bonini apresentou a FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação), cuja meta é viabilizar a execução das políticas educacionais definidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, implantando e gerindo programas, projetos e ações destinadas a garantir o bom funcionamento e o aprimoramento das escolas estaduais.

Bonini resumiu as ações da FDE, como a distribuição de 15 milhões de kits escolares, 26 milhões de livros, um milhão de novos móveis escolares e a cobertura de 1.212 quadras esportivas de escolas estaduais.

Também citou alguns programas estaduais, como o Ler e Escrever (o qual garante que alunos de ciclo I/EF desenvolvam o domínio da leitura e escrita, até os oito anos de idade), Cultura é Currículo (que visa democratizar o acesso de alunos da rede pública estadual a equipamentos, bens e produções culturais), Escola da Família (abertura de escolas estaduais aos finais de semana), Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) e o Acessa Escola (que promove a inclusão digital). "Mostramos projetos já testados e implantados com sucesso na rede estadual. Pela estrutura da rede física da educação do Estado de São Paulo - são mais de cinco mil escolas e quase cinco milhões de alunos-, esses projetos podem, sem dúvida, ser implantados pelos prefeitos em seus municípios".



FINANÇAS

Secretário da Fazenda sugere medidas de Gestão Financeira aos municípios

Assunto foi discutido durante o Painel Finanças, realizado no 53º Congresso Estadual de Municípios

O Secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, esteve presente no 53º Congresso Estadual de Municípios, ocasião em que ministrou uma palestra sobre Finanças, trazendo aos congressistas sugestões de ações para melhoria da gestão, para redução de despesas e incremento de receitas. "Entendemos que essas ações são necessárias sempre e se tornam ainda mais importantes neste momento".

Mauro Ricardo apresentou diversas ações para ajudar os municípios a obter melhor eficiência na arrecadação. Segundo ele, o alcance dos objetivos estratégicos deve estar apoiado em ações práticas e a sua evolução deve ser medida por meio de indicadores. "O aumento e o incremento de receitas devem vir sem a criação de novos impostos ou aumento da alíquota dos tributos para a população".

Dentre as ações para redução de despesas, o Secretário citou o contingenciamento orçamentário em início de mandato, com a implementação de uma política austera, incluindo o congelamento inicial de parcela significativa do Orçamento Municipal, visando adequar

as despesas à expectativa de receitas. "O objetivo é forçar um ajuste e priorização dos projetos e atividades orçamentários, evitando, assim, que a nova administração mantenha todos os anteriores em andamento e ainda crie novos, 'duplicando' as despesas".

Na questão da gestão financeira, o Secretário sugere o estabelecimento do Caixa Único do Tesouro Municipal, a fixação para cada secretaria de uma cota de gasto mensal, compatível com a disponibilidade financeira da Prefeitura e a obrigatoriedade de que a execução orçamentária e financeira da administração direta, autarquias e fundações, sejam realizadas por meio de sistema informatizado integrado único. "Não se pode permitir que sejam assumidos compromissos sem garantia de disponibilidade de caixa para pagar".

Quanto às despesas com pessoal (em início de mandato), as dicas são: redução das despesas com cargos em comissão; vedação de revisão ou reajuste de salários e demais vantagens de empregos nas empresas estatais, que resultem aumento de despesa de pessoal em relação a 2008;

suspensão das contratações temporárias e de mão-de-obra terceirizada; recadastramento de servidores públicos ativos e inativos, bem como dos pensionistas municipais; instituição da cobrança previdenciária de 11% dos servidores ativos, inativos e pensionistas, para o custeio das aposentadorias e pensões e auditoria na folha de pagamento dos servidores públicos.

Nas compras públicas, Mauro Ricardo aponta para uma reavaliação e renegociação dos contratos, implementação ampla e obrigatória da modalidade de pregão para aquisição de bens e serviços e implantação de sistema eletrônico de compras até o limite da carta convite – R\$ 80 mil para bens e serviços gerais e R\$ 160 mil para obras (inclui também aquisições com dispensa de licitação por reduzido valor).

Durante palestra, o Secretário sugeriu medidas para incremento de receitas tributárias, como ISS, ITBI, IPTU e Cobrança. Também abordou os benefícios da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

EMPREGO

Guilherme Afif apresenta Caravana do Emprego e Renda

Objetivo é debater a implantação do MEI (Microempreendedor Individual) e as ações do Banco do Povo Paulista (BPP)



O programa Caravana do Empreendedorismo, Emprego e Renda e Apoio à Formalização foi um dos principais assuntos abordados pelo Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos, durante palestra no 53º Congresso Estadual de Municípios.

Afif participou do Painel Emprego, na tarde de quarta-feira, dia 1, ao lado do Presidente da Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, Felipe Soutello. O Secretário expôs os principais programas da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), com destaque para a Caravana, promovida pelo Governo do Estado, em parceria com o Cepam.

A Caravana será realizada em 20 regiões do Estado e tem como objetivo debater com os gestores públicos a implantação do MEI (Microempreendedor Individual), que entra em vigor a partir do dia 1º de julho, e as ações do Banco do Povo Paulista (BPP).

O primeiro encontro ocorreu em Ribeirão Preto, dia 23 de abril, e o último está previsto para o dia 30 de junho, na Capital. “O que levo do Congresso é a certeza que

a Caravana será um sucesso, porque já fizemos aí a pauta com todos os prefeitos, mostramos um pouco o que vamos fazer nesse trabalho e espero que tenhamos casa cheia”.

De acordo com Afif, eles vão conversar diretamente com os municípios, levando a nova visão principalmente ao microempreendedor individual. “Mais de três milhões de pessoas em São Paulo trabalham na informalidade. É a população do Uruguai inteira. Imagina um país inteiro escondido, trabalhando sem aparecer, sem renda comprovada, sem acesso a crédito e sem direito à cidadania”.

O Secretário também apresentou uma série de alternativas na busca de geração de novos postos de trabalho e políticas de geração de emprego e renda. “Este é um momento em que os prefeitos e os líderes comunitários estão todos acesos, buscando caminhos, até porque estão preocupados com o processo de travessia pelo qual estamos passando”, afirmou, referindo-se à crise econômica. “Então, o debate é muito importante e a orientação também”, finalizou.

PESQUISA

Felipe Soutello apresentou uma pesquisa feita com 624 prefeitos eleitos (97% do Estado), no período de novembro a janeiro de 2009, a qual apontou o que os gestores pretendem fazer nesses próximos quatro anos. “Quando perguntamos o que eles pensam em termos de carência, você vê a preocupação latente com a questão da economia e do emprego, saúde e educação”.

Segundo Felipe, a preocupação com a crise e a perspectiva de desemprego é bastante homogênea em todo o estado, não se restringindo apenas a alguns municípios. “Todos estão vendo o caixa caindo. O Governo Federal deve pensar em compensações em razão da queda e pensar numa reforma tributária, garantindo mais recursos para os municípios”.



Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif

IBGE, FUNDESPA E ABRINQ



IBGE anuncia XII Censo Demográfico

Notícia foi divulgada durante 53º Congresso Estadual de Municípios; Censo Experimental será realizado em agosto deste ano

A programação do 53º Congresso Estadual de Municípios, na quarta-feira, dia 1, trouxe o painel “IBGE” – “Fundespa” – “Fundação Abrinq”.

O Coordenador Geral da Fundespa, Sérgio Sandler, explanou sobre a elaboração do Plano Ambiental Municipal com caso já realizado em Santa Fé do Sul e Porto Feliz.

O Supervisor I do IBGE, Wagner Martins M. da Silveira, discorreu sobre o Censo, explicando que em 2010 o IBGE realizará o XII Censo Demográfico, “que se constituirá no grande retrato em extensão e profundidade da população brasileira e das suas características sócio-econômicas e, ao mesmo tempo, na base sobre a qual deverá se assentar todo o planejamento público e privado da próxima década”.

Conforme informou, serão 5.564 municípios recenseados, num total de 58 milhões de domicílios e 280 mil setores censitários. “Serão contratadas e treinadas 220 mil pessoas, num orçamento previsto de R\$ 1,4 bilhão. Teremos 7 mil postos de coleta informatizados e 220 mil computadores de mão equipados com receptores de GPS”.

O supervisor acrescentou que está em curso no IBGE uma transformação de

grandes dimensões nos seus métodos de trabalho e o principal benefício, que já começa a ser disponibilizado aos usuários, é o aumento do potencial analítico das informações estatísticas através de dados cada vez mais interativos.

Dentre os avanços mencionados pelo palestrante, destacam-se: base territorial digital, integrando as áreas urbana e rural; incorporação do Cadastro de Endereços, que permitirá também a utilização da Internet para responder a determinadas pesquisas; e utilização do computador de mão (PDA), que amplia a capacidade de investigar novos temas e obter maiores garantias de qualidade e velocidade.

Conforme o cronograma divulgado, o Censo Experimental será em agosto de 2009, no município de Rio Claro/SP. No período de outubro de 2009 a março de 2010, haverá recrutamento e seleção. De março a julho de 2010, treinamento das equipes. O início da coleta de dados será dia 1º de agosto de 2010. “Em dezembro de 2010 já começa a divulgação dos primeiros resultados”, garantiu Wagner. Confira mais informações na página do IBGE nesta edição.

PARCERIA

Durante este painel, foi oficializada a parceria entre a Abrinq e a APM (Associação Paulista de Municípios), visando somar esforços, entre os parceiros, para ampla adesão dos prefeitos eleitos, gestão 2009-2012, ao PPAC - Programa Prefeito Amigo da Criança.

O coordenador do projeto, Domício de Souza, entregou ao presidente da APM, Marcos Monti, o Termo de Parceria assinado pelo presidente da Abrinq, Synésio Batista da Costa; e pelo Gerente Executivo da Abrinq, Victor Ancântara da Graça.

Este Programa foi criado para contribuir com os gestores municipais no fortalecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes e demais mecanismos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

MEIO AMBIENTE

“Pensar globalmente, agir localmente”

Esta é a diretiva do Projeto Município Verde, que cada vez mais tem tido adesão dos municípios

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Netto, foi presença marcante no 53º Congresso Estadual de Municípios, comandando o Painel Meio Ambiente.

O tema central foi o Projeto Município Verde, no qual Governo de Estado e Municípios trabalham juntos na efetivação da agenda ambiental, seguindo o slogan: Pensar globalmente, agir localmente.

Os municípios que desejam aderir ao Projeto precisam assinar um Protocolo de Intenções, que estabelece uma parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e determina ações necessárias para que o município seja certificado como “Verde”.

A partir daí, ele se compromete a seguir uma agenda de 10 diretrizes ambientais: Esgoto Tratado, Lixo Mínimo, Recuperação da Mata Ciliar, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Habitação Sustentável, Uso da Água, Poluição do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho de Meio Ambiente.

Conforme informou o Secretário, 628 municípios de todo o Estado aderiram ao Protocolo de Intenções. Destes, 606 se cadastraram, 332 entregaram seu plano de ação – os quais foram analisados pela equipe do projeto - e 44 foram certificados (esses receberam nota acima de oito para o cumprimento das 10 diretrizes estabelecidas).

Dentre as diretivas, Xico Graziano destacou a destinação dos resíduos sólidos, afirmando que, quando assumiu, havia 143 lixões no Estado e hoje são 50. “Até o fim dessa gestão não haverá nenhum lixão funcionando”.

Também comentou sobre a estratégia de aproximação dos municípios para descentralizar a agenda ambiental, que em sua opinião foi bastante positiva. “Talvez a minha experiência de política - já fui Deputado Federal - tem ajudado o que, na verdade, os ambientalistas nunca conseguiram, que é fazer com que os poderes locais se comprometam com a agenda”.

Segundo Graziano, o bom conteúdo e a boa interlocução para transmitir isso aos municípios contribuíram com o sucesso do projeto. “Há um ano e meio, corri o estado inteiro, reunindo com o pessoal, falando da importância da agenda”.

Além disso, o Secretário citou o apoio de José Serra, que assumiu o projeto como sendo do governo. “Ficou claro que não era uma política da Secretaria e sim do governo Serra. Isso fez diferença. Ele jogou o peso político do governo no projeto ambiental. Uma série de razões fez com que o projeto funcionasse e agora os municípios estão disputando quem vai tirar nota maior que o outro.

Criamos uma boa competição em termos de ambientalismo municipalista”.

Durante sua palestra, também expôs o Programa Criança Ecológica, que engloba quatro temas básicos: Agenda Azul (Água), Agenda Verde (Biodiversidade-Vegetação), Agenda Cinza (Poluição Urbana) e Agenda Amarela (Aquecimento Global e Educando para a Vida).

O programa foi desenvolvido de uma maneira bastante didática, com ilustrações coloridas e histórias dos personagens Nika Valente, Max Limpão, Fred Fauno, Dick Poluição, Lana Vigarista, Bob Água, Frida Flor e a cachorrinha Mel Mocinha, que dão vida ao livro “Criança Ecológica – Sou dessa turma”! Além do livro, as crianças aprendem brincando através dos jogos onlines disponibilizados no site www.criancaecologica.sp.gov.br.

Graziano encerrou seu discurso afirmando que a educação ambiental é a prioridade das prioridades do governo para 2009. “Com esse livro as crianças aprenderão como se tornar um agente ambiental”.

“Criamos uma boa competição em termos municipalistas”



SANEAMENTO

Estado de São Paulo tem a maior cobertura do serviço de saneamento no país

Até 2010, o Governo do Estado investirá mais R\$ 7 bilhões em saneamento

Investimentos, PAC, Planos Municipais e os desafios do setor de saneamento do Estado de São Paulo foram a tônica do Painel Saneamento, que fez parte da programação do 53º Congresso Estadual de Municípios. O painel contou com a presença do ex-governador Orestes Quérzia, que fez o uso da palavra, abrindo as palestras.

Os congressistas receberam importantes dados do saneamento no estado de

mento sanitário. Até 2010, o Governo do Estado investirá mais R\$ 7 bilhões em saneamento, dos quais a Sabesp entrará com R\$ 5,9 bilhões. “Existe uma política extremamente austera na parte do Governo Serra no sentido de canalizar recursos para as políticas públicas prioritárias”, acrescentou.

A Secretaria pretende elevar o índice de cobertura em todos os municípios do Estado. Especificamente nos 367 municípios atendidos pela Sabesp, a meta é



Programas

Alguns programas e ações em andamento foram elencados, com destaque para o apoio aos planos municipais de saneamento. “Muitas vezes surgem linhas de apoio e financiamento, mas, se o município não tiver uma carteira de projetos para apresentar, acaba perdendo a oportunidade de ser beneficiado por essas linhas”.

O programa de Recuperação Ambiental da Baixada Santista e do Litoral Norte e o Projeto Tietê III (apontado pelo BID como referência de projeto bem gerenciado e com bons resultados) também foram mencionados. “A meta é ampliar, de 53% para 95%, a cobertura de esgotamento sanitário na Baixada Santista, recuperando a balneabilidade das praias do litoral paulista. No Tietê, objetivamos, dentre outras coisas, a despoluição, recuperação e proteção do Rio”.

Após explanação do Secretário Adjunto, a palavra foi dada ao Presidente da Sabesp, Gesner Oliveira, que falou sobre o reposicionamento da empresa diante do novo marco regulatório do saneamento; e ao Diretor de Articulação Institucional do Ministério das Cidades, Sérgio Antônio Gonçalves, que abordou a missão do Ministério e a função da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.



São Paulo, o qual tem a melhor cobertura dos serviços de saneamento do país, liderando com 84%, à frente do Distrito Federal (79,8%), e de Minas Gerais (73,4%).

Dos 50 municípios do Brasil com maior acesso à rede geral de esgoto, 44 estão no estado de São Paulo. Os 10 municípios com índices acima de 96,5% estão todos no estado de São Paulo.

O Secretário Adjunto de Estado do Saneamento e Energia, Ricardo Toledo, informou que, nos últimos 12 anos, o Governo do Estado investiu R\$ 15,5 bilhões, sendo R\$ 9 bilhões em esgota-

ampliar para 84% a coleta e para 82% o tratamento de esgoto.

Na questão da regulação, Ricardo Toledo destacou o trabalho da Arsesp – Agência Reguladora de Serviço de Saneamento e Energia, que evoluiu da antiga Comissão de Serviço Público de Energia e passou a regular também o serviço de saneamento, “principalmente por delegação dos municípios, que é uma forma de o estado apoiar o município numa regulação que tem que ser muito bem capacitada e tecnicamente competente”.

AGRICULTURA



"Agricultura é a única saída para a crise", afirma Secretário

Dados mostram que São Paulo é o maior estado agrícola do Brasil

"Posso garantir a vocês, sem medo de errar, que a agricultura é a única saída para a crise. É, sem dúvida nenhuma, o caminho que temos que trilhar para superar essa crise e gerar renda e emprego". Foi com esta declaração que o Secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento, João de Almeida Sampaio Filho, iniciou sua palestra no 53º Congresso Estadual de Municípios.

No Painel Agricultura, expôs a situação do agronegócio, mostrou as oportunidades oferecidas aos municípios pelas ações do Governo do Estado e as perspectivas no setor para 2009. Também falou sobre os programas que a Secretaria realiza nas áreas de assistência técnica, recuperação de estradas rurais e crédito aos pequenos e médios produtores rurais.

De acordo com o Secretário, São Paulo é o maior estado agrícola do Brasil, sendo responsável por um terço do agro-negócio brasileiro e 25% das exportações do setor (liderando o ranking em termos de valores percentuais). Além disso, responde sozinho por quase 20% de tudo que é produzido no campo. "O pessoal imagina que São Paulo é um estado sómente industrial, mas acima de tudo somos o maior estado agrícola do país. E é isso que tem feito a diferença".

Com relação aos principais agregados da produção agrícola, a lista é encabeça-

da pela cana de açúcar, que ocupa 20% da nossa área total e responde por 30% da nossa renda, sendo o principal produto paulista. "A cana é um importante gerador de renda. O que temos que saber é dosar e equilibrar as ações econômicas, sociais, ambientais. Recebo na Secretaria duas ou três comitivas internacionais por mês e em 90% dos casos eles vêm conversar do setor sucroalcooleiro: etanol, açúcar e geração de energia a partir do bagaço da cana".

O segundo item é a bovinocultura, cuja produção ocupa 9 milhões de hectares em nosso estado. "São Paulo é o maior estado exportador de carne do Brasil e um dos grandes exportadores do mundo".

A fruta aparece em terceiro lugar, com destaque para a laranja. "São Paulo é o maior produtor mundial de suco de laranja. Sete de cada 10 copos de sucos de laranja tomados no mundo, fora dos EUA, são produzidos no Estado de São Paulo. A citricultura é fundamental".

Durante palestra, o Secretário também mencionou os problemas enfrentados, como: crédito para a produção e comercialização para os produtores, crédito para exportação das empresas, os adiantamentos do contrato de câmbio, altas taxas de juros e situação tributária. "São problemas que nos afetam muito e que, se não conseguirmos resolver ou avançar, será mais difícil sair da crise".

Quanto à infra-estrutura, falou sobre o programa Melhor Caminho, executado pela Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo), que faz convênios com os municípios e trabalha na recuperação de trechos. "Quero citar o excelente trabalho da Codasp, que tem corrigido em alguns municípios as enormes distorções que ocorrem nas nossas estradas".

Outros temas

O Coordenador de Vicinais da Secretaria de Estado dos Transportes, Evandro Luiz Losacco, falou sobre a contribuição das vicinais no escoamento da produção agrícola e sobre o programa Pró-Vicinais - a quarta etapa prevê 546 obras em 319 municípios.

O Delegado do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Caio Camargo, apresentou o MDA, suas Secretarias, Políticas e Programas. "Temos que refletir como a agricultura familiar pode contribuir para o enfrentamento do atual período de crise".

Segundo o palestrante, a imensa maioria dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras é produzida pela Agricultura Familiar. "O setor produz 70% do total dos alimentos que consumimos. No campo, representa 80% da mão-de-obra".

HABITAÇÃO

Painel apresenta programas habitacionais

Congressistas conheceram as ações da Secretaria de Habitação

As ações da Secretaria de Estado da Habitação e as obras da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) foram apresentadas no 53º Congresso Estadual de Municípios, durante o Painel Habitação.

A palestra foi ministrada pelo Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Habitação, Eduardo Trani, que representou o Secretário Lair Krähenbühl; e por Maurício Antonio Quarezemim, Superintendente Nacional da Caixa Econômica Federal. O painel também contou com a presença do presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (CRECI-SP), José Augusto Viana Neto.

Dentre os principais programas, Eduardo Trani destacou o de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, realizado na Baixada Santista, que prevê o reassentamento das famílias que moram ilegalmente em regiões de preservação ambiental em conjuntos construídos pela CDHU.

Outra ação mencionada foi o Programa Cidade Legal, que promove auxílio aos municípios, mediante apoio técnico para ações de regularização de parcelamentos do solo e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizadas em área urbana ou de expansão urbana, assim definidas por

legislação municipal.

Segundo Trani, os imóveis integrantes do Programa têm redução em até 90% sobre o custo de regularização. O objetivo é implantar infra-estrutura e melhorias nos conjuntos e núcleos em urbanização pela CDHU, melhorando as condições de salubridade, habitabilidade, segurança e acessibilidade.

Os congressistas receberam, ainda, informações sobre o PEM – Programa Especial de Melhorias, para promoção de melhorias nos conjuntos habitacionais degradados ou em construção; e sobre o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (GRAPROHAB), criado para agilizar os processos rela-

tivos a empreendimentos habitacionais no estado de São Paulo.

Além disso, o palestrante anunciou o aumento da verba para mão-de-obra das construções feitas por meio do Programa Parceria com Municípios.

Também falou sobre as ações habitacionais de Cubatão: 7.388 domicílios em núcleos de ocupação irregular, 7.760 famílias estimadas e 7.843 edificações cadastradas; o apoio à implantação do Rodoanel com reassentamento habitacional; a requalificação de áreas centrais, visando promover o atendimento habitacional para pessoas que moram ou trabalham no centro; e recuperação do patrimônio arquitetônico, aproveitamento da infra-estrutura, revitalização de imóveis



TCE

TCE dá dicas para aumentar a receita e diminuir as despesas

Prefeitos também foram informados de como evitar a reprovação das contas



Como parte da Programação do 53º Congresso Estadual de Municípios, os congressistas puderam acompanhar o Painel TCE, com a palestra “A Fiscalização do Tribunal de Contas”.

O Secretário Diretor Geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Sérgio Ciqueira Rossi, falou sobre as causas de rejeição das contas, precatórios, aplicação na educação, saúde e também sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, que em sua opinião trouxe avanços extraordinários. “Esses avanços já eram demonstrados antes da crise que nos atinge nesse momento e já traziam resultados consideravelmente significativos com redução de déficit, com controle de gastos pessoal, enfim, comandos importantíssimos”.

Na opinião do palestrante, esses comandos são ainda mais importantes no momento de crise, pois trazem as condições necessárias ao equilíbrio de receita, de despesas, de corte de gastos e da revisão das peças orçamentárias. “Ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal é um instrumento valiosíssimo às administrações”.

O assessor técnico do Tribunal de Contas, Flávio C. de Toledo Júnior, abordou as estratégias dos municípios para enfrentar a crise econômica. “Elenquei algumas estratégias para enxugar as despesas e aumentar a receita dos municípios, como, por exemplo, fazer cadastro do IPTU, reavaliar algumas coisas, pois muita gente nunca pagou IPTU, cobrar mais

do ISS e fazer recolhimento dos encargos sociais para o regime próprio de previdência”.

Segundo Flávio, o orçamento anterior foi maior, pois a receita estava boa. “Foi feito com uma certa gordura e ninguém esperava essa crise. Então, tem muita receita que agora não vai se realizar”.



Neste contexto, o palestrante aponta para uma maior aplicação na Lei de Responsabilidade Fiscal e no congelamento da receita, para que não se faça despesa sem ter a receita, aproveitando sempre a lei de dire-

trizes orçamentárias. “Não é necessário ficar demitindo pessoal, mas pode começar a rever essas gratificações, evitar hora extra e parcelar mais os precatórios. A Câmara também pode colaborar um pouco diminuindo os gastos”.

Em sua opinião, a renegociação de contratos neste momento é fundamental, uma vez que eles foram celebrados em épocas boas, tendo, portanto, sobrepreço. “Dá para diminuir contrato de limpeza pública, coleta de lixo, renegociar o contrato de merenda escolar, fazer implantação de uma rigorosa pesquisa de preços. Outra dica é fazer controle mais efetivo de gastos com materiais, pois há muito desperdício com isso”.

Como balanço da palestra, Flávio afirma que o saldo foi bastante positivo. “A participação foi ótima, com um público de mais de 700 pessoas. Depois do painel, ficamos lá fora por mais de uma hora esclarecendo dúvidas e respondendo às perguntas dos prefeitos”, finalizou.

“ A Lei de Responsabilidade Fiscal é um instrumento valiosíssimo às administrações ”

DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A luta pelos Direitos da pessoas com deficiência

Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência faz um apelo aos prefeitos para a inclusão

Os fundamentos da criação da Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência e as ações que os prefeitos devem desenvolver para promover a sua inclusão foram assuntos abordados durante o Congresso Estadual de Municípios.

A palestra foi ministrada pela Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Linamara Rizzo Battistella. O painel contou com a presença, entre outros, do Secretário Adjunto da Secretaria, dr. Luiz Baggio Neto; do Secretário Chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo, Aloísio Nunes; e do Deputado Jorginho Maluly.

A Secretaria expôs os programas e ações da pasta, fazendo um apelo aos participantes para que todos se engajem na luta pela inclusão. "Pessoas com deficiência não são doentes, são pessoas saudáveis que tiveram alguma lesão e, por conta disso, fazem o que nós fazemos, mas de uma maneira diferente. Contudo, para que elas consigam isso, precisam de um entorno amigável; precisamos eliminar as barreiras arquitetônicas e providenciar ajuda técnica".

Segundo a Secretária Linamara, 14,5% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, o que significa 24,5 milhões de pessoas. Por conta disso, os municípios precisam estar preparados e precisam se apropriar dos conhecimentos e tecnologias para efetivarem a garantia dos direitos fundamentais. "Será que a questão da deficiência interessa apenas às pessoas com deficiência? A resposta é não! Se imaginarmos 24,5 milhões de pessoas e cada uma delas relacionadas a, no mínimo, outras duas, estaremos atingindo um universo de quase 100 milhões de pessoas, o que mostra que é uma preocupação de toda a sociedade



Foto: Amauri do Amaral Campos

brasileira".

Durante sua palestra, a Secretária abordou assuntos como Lei Orgânica da Saúde, Programa de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, questão de reabilitação, prevenção, tratamento, dentre outros temas. "A inclusão social é a condição na qual o indivíduo exerce na totalidade seus direitos e deveres de cidadão, participando da vida social e

interagindo com as demais pessoas em condições de igualdade, sem restrições de qualquer ordem impostas pela sociedade ou meio em que vive".

Também foram apresentados os pontos que precisam ser trabalhados em âmbito nacional, para haver a plena inclusão das pessoas com deficiência, como habitação, esporte e lazer, transportes, saúde e acessibilidade. "Além das rampas de acesso, as cadeiras de roda precisam ter qualidade".

Ao final de sua explanação, Dra. Linamara lançou a cartilha "Prefeito Cidadão, Cidade para Todos", que traz exemplos simples de programas e produtos que podem ser colocados nos municípios. Elogios

O Secretário Aloísio Nunes fez o uso da palavra, elogiando a brilhante atuação da Secretária Linamara. "Assistimos à bela e empolgante posição da Linamara e gostaria de enfatizar que o governo sempre esteve presente no Congresso cuidando da questão da acessibilidade e sempre estará".

No período da tarde, o governador José Serra ministrou palestra sobre as ações do governo e fez um agradecimento especial à Dra. Linamara, elogiando seu trabalho à frente da Secretaria.

Serra informou que o governo está fazendo uma grande ofensiva no atendimento às pessoas com deficiência, mencionando a Rede de Reabilitação Lucy Montoro. "Estamos começando a fazer uma rede de hospitais de reabilitação, os quais estarão espalhados no estado de São Paulo, além da unidade móvel, que está percorrendo o interior paulista". A unidade móvel ficou exposta durante o Congresso Estadual de Municípios para todos conhecerem seu funcionamento.

GESTÃO PÚBLICA

Secretário fala sobre a importância de uma boa gestão

Principais programas da Secretaria de Gestão Pública foram apresentados aos congressistas

O último painel do Congresso Estadual de Municípios foi sobre a Modernização na Gestão Pública, ministrado pelo Secretário de Estado de Gestão, Sidney Beraldo.

Beraldo iniciou sua palestra enfatizando a importância da gestão, que hoje aparece entre os 10 itens de maior preocupação da sociedade. “Nesse momento de crise econômica, de dificuldade, temos queda na arrecadação e aumento das demandas. Os problemas sociais aparecem, a pressão aumenta. Cada vez mais temos que ter força na administração e capacidade de investimento. Por isso a gestão passa a ter um papel importante”.

Segundo o Secretário, o prefeito que não tem capacidade de investimento já começa com dificuldades, pois não conseguirá atender às expectativas da população apenas com os serviços básicos. “A sociedade quer mais, quer aumento de oferta de serviços públicos, quer qualidade de vida”.

Após explanar sobre a Secretaria e sua missão, Beraldo apresentou os principais programas da pasta, que envolvem qualidade do serviço e do gasto público, inclusão digital, desburocratização e gestão de pessoas. Também falou sobre os órgãos da SGP, como o Prodesp, Fundap, Iampe, Acessa São Paulo e Poupatempo.

No governo Serra, foram abertos de 146 postos do Acessa São Paulo, atingindo 484 unidades em 426 municípios. Outro programa mencionado pelo Secretário foi o São Paulo Digital, que oferece internet banda larga para o interior, ampliando a oferta de rede de alta velocidade ao cidadão.

Já o Poupatempo teve ampliação de 50% de sua capacidade de atendi-



mento e recebeu aprovação de 98% dos usuários, segundo Pesquisa Ibope 2008. “O Poupatempo é o nosso grande modelo de administração, cuja aceitação popular chega a quase 100% em função da rapidez e eficiência com que resolve as demandas do cidadão”, afirmou.

O Secretário de Gestão informou, ainda, a disposição do governo em implementar o Poupatempo do Empreendedor, que pretende reduzir para três dias o prazo de abertura de empresas no Estado; e o Integra São Paulo, o qual prevê a reunião de órgãos de governo em 14 unidades regionais.

Sobre a qualidade do Gasto Público, enfatizou ações como o Pregão Eletrônico, que consegue a redução de 28% em relação ao preço referencial; e a Ata de Registro de Preços, a qual facilita administração de estoques, uniformiza aquisições, economiza recursos, reduz número de licitações, dá

rapidez na contratação e evita fracionamento da despesa. “O governador fez um decreto exigindo o cumprimento para que todos os órgãos façam suas compras através do pregão eletrônico. Hoje, quase 70% de tudo que o estado de São Paulo compra é feito através de pregão eletrônico”.

Na área de Gestão de Pessoas, citou o recadastramento anual dos servidores; a profissionalização da força de trabalho, com redução de cargos de confiança; a certificação ocupacional; criação de novas carreiras e a meritocracia - promoção por avaliação de desempenho e não mais por tempo de serviço. “O grande patrimônio que temos, sem dúvida, são os servidores, que têm realmente um investimento grande. Quanto mais preparada e estimulada estiver a força de trabalho, maior será a capacidade de realização dos empreendimentos”.

Pinga Fogo: espaço para manifestação dos congressistas

No Pinga Fogo, a tribuna é aberta para todos os participantes



Cada ano que passa as Plenárias e o Pinga Fogo, que fazem parte da programação do Congresso Estadual de Municípios, estão cada vez mais concorridos e movimentados.

No Pinga Fogo, a tribuna é livre para todos falarem o que quiserem. Nesta 53º edição do Congresso, a programação do Pinga Fogo foi bastante dinâmica e disputada. Prefeitos, vereadores e congressistas de um modo geral explanaram sobre diversos assuntos, com discussões sadias e bastante proveitoras.

O Pinga Fogo é um momento que representa a democracia participativa, com os efusivos debates de municipalistas, os quais encontram em nosso Congresso, em particular no Pinga Fogo, um momento único para colocar suas propostas em nível estadual e nacional.

Já na Plenária, os participantes apresentam publicamente suas propostas, moções e teses, as quais são avaliadas por uma comissão. Os documentos aprovados são utilizados para compor a carta de Santos. Esta carta é encaminhada a todos os órgãos e entidades envolvidas e é objeto de apreciação das autoridades governamentais.

Este ano, o Congresso recebeu pro-

postas de inúmeros municípios, como de Ibiúna, Sorocaba, Bastos, Poá, Palmítal, Rio Preto, São Roque, Tapirai, Santa Rosa de Viterbo, Penápolis, São João da Boa Vista, Pirajuí, São José dos Campos, Paracuru-Açú, dentre outros.

As reivindicações e proposições abordam assuntos dos mais diversos possíveis, envolvendo todas as áreas, como saúde, emprego, habitação, obras, meio ambiente, segurança e política. Alguns temas em pauta foram: criação de posto do DPRN, formação de Grupo da Polícia Ambiental, construção do prédio do Fórum,

duplicações de rodovias, sinalização, implantação de escola técnica e instalação de Centros Regionais do GRAPHOAB.

Os municípios também pediram a criação de Direção Regional de Saúde, instalação de Delegacia da Mulher, a construção de novas unidades escolares, o aumento de repasses para merenda escolar, aquisição de ônibus adaptado, implantação de programa de reciclagem de entulhos de construção civil, criação de um ponto de poupa tempo no município e acessibilidade nos prédios públicos.



Kassab prestigia Congresso Estadual de Municípios

Mais um ano, o prefeito da cidade de São Paulo marcou presença



O prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab, esteve presente no 53º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela APM - Associação Paulista de Municípios, de 31 de março a 4 de abril, em Santos.

Kassab, que já foi presidente da APM e hoje é o atual presidente de honra da Associação, prestigia o Congresso há muitos anos, sendo presença bastante aguardada pelos congressistas.

Este ano, Kassab esteve no Congresso na sexta-feira, dia 3, quando da vinda do governador José Serra e de outras autoridades. Ele visitou os stands, em especial o da Prefeitura da cidade de São Paulo, e concedeu entrevista à imprensa.



MOMENTO CULTURAL

Espaço propicia reflexão e entretenimento

Palestrantes de renome e apresentação de Orquestra abrilhantaram o Momento Cultural



Tradicionalmente, a APM oferece dentro da programação do Congresso o Momento Cultural, em que os participantes podem conferir palestras ministradas por personalidades do cenário político, econômico e cultural. O evento ocorre sempre aos finais de tarde, após os painéis, com temas de livre escolha dos convidados.

Este ano, o Congresso recebeu a presença do Ministro de Estado de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger; do presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf; e do Secretário de Estado de Desenvolvimento, o ex-governador Geraldo Alckmin.

Mangabeira falou sobre uma nova proposta de federalismo do estado brasileiro, dizendo que as nossas instituições são quase todas copiadas ou importadas. “Não basta regular a economia de mercado e contrabalancear as desigualdades, recorrendo a políticas sociais. Precisamos reconstruir as instituições, a começar pelas nossas instituições econômicas”.

Também falou sobre as mudanças das

relações entre o trabalho e o capital no Brasil, afirmando que as pequenas e médias empresas são o setor mais importante da economia, pois detêm a grande maioria de empregos e são responsáveis pela maior parte do produto. “O grande defeito do regime existente é que a maioria do povo brasileiro está fora dele. Metade da população economicamente ativa do país trabalha na economia informal, sem carteira assinada. A preocupação é resguardar os interesses dessa maioria excluída e desorganizada”.

O segundo dia do Momento Cultural trouxe uma palestra com Paulo Skaf, sobre a Economia Brasileira. Skaf abordou temas como a evolução da taxa de Selic, o custo de crédito, taxa de desemprego e a queda dos repasses. “A queda da arrecadação já impacta fortemente sobre as transferências para Estados e Municípios. 77% dos Municípios têm nas transferências da União recursos que representam entre 40% e 95% das receitas totais”.

O presidente da FIESP sugeriu aos prefeitos uma agenda de curto prazo, com utilização de mecanismos previstos na legislação trabalhista: férias coletivas,



banco de horas, redução de jornada e suspensão temporária de contrato de trabalho; redução do IOF e restabelecimento do crédito.

Já a agenda de médio prazo propõe: reforma tributária, contenção dos gastos públicos, racionalização do orçamento governamental e taxa de juros, compatível com a internacional. “Somente com a colocação em prática destas propostas é que o país poderá vislumbrar taxas de crescimento econômico maiores do que as observadas atualmente”.

Ao término da palestra, o público pôde conferir uma belíssima apresentação da Orquestra Bachiana Jovem Sesi-SP, sob a regência do maestro João Carlos Martins. Este programa foi lançado em março e a iniciativa faz parte do projeto Adote a Orquestra, cuja proposta é custear jovens músicos bolsistas pelo período de um ano.

Na sexta, o Momento Cultural foi comandado por Geraldo Alckmin, que explanou sobre o pacote de medidas lançado pelo governo no combate à crise. “O Governo não gera emprego, quem gera são os empreendedores. O governo cria condições para que o empreendedorismo floresça”.

Segundo ele, a tarefa é potencializar a vocação econômica do nosso Estado, por meio da agricultura, indústria, comércio, turismo e serviço. “Se a economia cresce, o governo arrecada. Se a economia esfria, a receita cai. Só tem um caminho para passar depressa pela crise: é sair ainda mais rápido. Como? Aumentando o investimento público, diminuindo os gastos com aquilo que não for essencial”.

PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

Programação Especial debate causas sociais

Palestras permitiram troca de experiências entre os municípios



Crianças Desaparecidas, Combate à Violência Contra a Mulher, Obesidade e Fundos Sociais em Rede foram os assuntos discutidos na Programação Especial do 53º Congresso Estadual de Municípios.

A Coordenação Geral ficou a cargo da dra. Andrea Monti e a Comissão Organizadora foi formada pela presidente do Conselho Deliberativo da APM, Marilene Mariottini; por Dalva Christofolletti Paes da Silva e por Maria Teresinha de Jesus Pedrosa.

Voltada às primeiras-damas e presidentes do Fundo Social de Solidariedade, a Programação Especial tem por objetivo debater assuntos e disseminar informações de relevância da área social.

Na abertura da Programação, no dia 1 de abril, as congressistas puderam conhecer melhor o Projeto Caminho de Volta, criado para ajudar familiares que perderam seus filhos.

O assunto foi apresentado pelo presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB – SP, Dr. Ricardo de Moraes Cabrezon; e pela Coordenadora do Projeto Caminho de Volta, da OAB, dr Gilka Jorge Fígaro Gattás, durante o Painel “Crianças Desaparecidas”. O programa prevê a criação de banco de DNA que permite estabele-

cer os vínculos de parentesco de uma criança encontrada, mesmo que decorridos muitos anos do seu desaparecimento.

Além da infra-estrutura para coleta da gota de sangue dos pais e/ou familiares (com kits para coleta e treinamento do pessoal), o projeto oferece apoio psicosocial às famílias durante o processo de busca, visando dar suporte emocional e identificar as causas do desaparecimento.

Também na quarta-feira, outras duas palestras foram realizadas: uma sobre o projeto Casa Abrigo, de Santos, ministrada pelo vice-prefeito de Santos e Secretário de Assistência Social, Carlos Teixeira Filho; e uma sobre Motivação, apresentada pela presidente do Fundo Social de Solidariedade de Santos, Maria Silvia Tavares Papa. A programação foi encerrada com o Painel “Experiências Municipais da Região Metropolitana de Santos”.

O destaque de quinta-feira ficou para o lançamento do Programa Estadual de Combate à Violência contra a Mulher. O painel foi apresentado pela presidente do Conselho Estadual da Condicão Feminina, Dra Rosmary Corrêa; e pela presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB – SP, dra Helena Maria Diniz.

Rosmary falou sobre o Programa, dizendo que os municípios que aderirem

passam a receber verbas para o desenvolvimento de ações de combate à violência contra a mulher. A palestrante Helena Diniz abordou a questão da Lei Maria da Penha, seus reflexos na sociedade e a importância da criação de uma rede com os municípios para a defesa da mulher, pelo fim da violência.

Os técnicos do CEPAM, Fernando Montoro e Maria do Carmo Toledo Cruz, ministraram a palestra “Construindo o Diagnóstico Municipal”. Ainda na quinta, ocorreu o Painel da APRECESP – Estâncias Paulistas, com o palestrante Miguel Matteo, da Secretaria de Economia de Planejamento do Estado de São Paulo (DADE).

Ao final do evento, foi aberto espaço para apresentações de experiências municipais de várias regiões.

A presença mais aguardada na Programação Especial de sexta-feira, dia 3, foi a de Mônica Serra, presidente do Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo (Fussesp).

A primeira dama do Estado ministrou palestra sobre Fundo Social em Rede, ao lado do presidente do CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), Felipe Soutelo. Eles falaram sobre as amplas possibilidades dos fundos sociais municipais e apresentaram todos os trabalhos do Fundo do Estado de São Paulo.

Ao final, Maria Silvia Tavares Papa ofereceu um chá às presidentes dos fundos sociais. A sessão solene de encerramento foi presidida por Mônica Serra.

No período da manhã, a Programação Especial contou com os painéis “Fundos Sociais em Rede”, cuja palestra foi ministrada por Gianpaulo Baptista, Secretário do Conselho Deliberativo da APM; e “Obesidade”, tema abordado por Dr. Martinho Gestic, médico da UNICAMP.

Atualização em Administração Pública

Prefeitos participam de curso de Atualização em Administração Pública

Evento integrou a programação do 53º Congresso Estadual de Municípios, realizado em Santos

Como em todos os anos, o Congresso Estadual de Municípios oferece aos congressistas um curso de atualização em Administração Pública, organizado pelo advogado Antonio Sergio Baptista, especialista em Direito Público, Coordenador

Na quinta-feira, dia 2, José Augusto Viana Neto, Presidente do CRECI-SP e membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, falou sobre “Conselhos Profissionais: uma Fonte de Desenvolvimento para o município”.



do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, Sócio Diretor da Antonio Sergio Baptista Advogados Associados e Diretor Presidente do Instituto BrasilCidade.

O curso ocorreu em dois dias, no auditório da Programação Especial. Na quarta-feira, dia 1, o público pôde conferir a palestra “Eficiência e Nepotismo: A visão dos Tribunais”, ministrada por Isabela Giglio Figueiredo, advogada, especialista em Direito Público Administrativo e Processual e membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM.

Em seguida, o assunto abordado foi “Oportunidades de Receita – Ferramentas do Estatuto da Cidade e o Plano Director”, com palestra de Cibele Rumel, Arquiteta e membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM.

A programação foi encerrada com a palestra “Receitas e despesas – um choque de eficiência”, ministrada por Sergio Baptista.

que uma transação realizada via Internet torne-se perfeitamente segura, já que as partes envolvidas deverão apresentar mutuamente suas credenciais, comprovando as suas identidades, o que evita fraudes, garante a confidencialidade das informações trocadas, reduz custos e torna a comunicação mais ágil.

Através da certificação digital, o usuário tem a opção de utilizar a assinatura digital, permitindo a troca de documentos, com autenticação, sigilo e integridade de conteúdo. “Assim, os documentos que trafegam eletronicamente, para possuírem reconhecimento legal, não mais precisam ser convertidos em papel e assinados”.

João Paulo destacou que a Imprensa Oficial está credenciada e preparada para oferecer produtos e serviços de certificação digital para os poderes executivo, legislativo e judiciário, incluindo todas as esferas da administração pública, direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

No Brasil, números apontam um crescimento de 52% na quantidade de autoridades certificadoras (ACs) e crescimento de 120% de autoridades de registro (ARs), ao todo 1.000 ARs no Brasil em 27 estados. “Tivemos o aumento em dois anos de quase mil unidades de atendimento direto ao cidadão e um patamar de pouco mais de 50 mil certificados para mais de um milhão”.

“ A Imprensa Oficial está credenciado para oferecer produtos de certificação digital ”

Imprensa Oficial ministra palestra sobre Certificação Digital

O chefe da divisão de Produtos de Tecnologia da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, João Paulo Foini, ministrou palestra sobre Certificação Digital e a missão da Imprensa Oficial, autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo.

O Certificado Digital é um Documento Eletrônico que contém dados sobre a pessoa ou empresa que o utiliza para comprovação mútua de autenticidade.

Conforme explicou o palestrante, o certificado funciona como uma carteira de identidade eletrônica, permitindo

FRASES



“ As nossas instituições são quase todas copiadas ou importadas ”

Ministro de Estado de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger



“ Fazer um bom governo não é apenas repetir as boas práticas do passado. É também ser capaz de inovar, pois este é o verdadeiro sentido da política: construirmos o futuro através da nossa ação ”

Secretário Chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo, Aloisio Nunes



“ Quero falar da crise moral, dos valores, aos políticos honestos. Aqui me animo, porque no Congresso da APM estamos num ambiente suprapartidário ”

Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Barros Munhoz



“ Não há política pública consistente sem os municípios ”

Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff



“ O que levo do Congresso é a certeza que a Caravana será um sucesso, porque fizemos a pauta com todos os prefeitos, mostramos o que vamos fazer e espero que tenhamos casa cheia ”

Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos



“ Política é a arte do possível. O problema do Brasil não é a falta de atendimento do prefeito quando vai à Brasília; o problema é o prefeito ter que ir a Brasília ”

Ex-governador Orestes Quercia



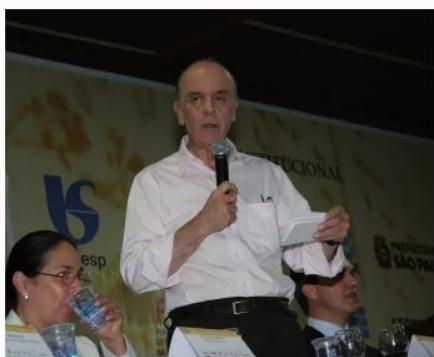
“ Buscamos mudar o caráter assistencialista que marcou o nascimento do Fussesp e torná-lo agente transformador, com programas para oferecer oportunidades às famílias em situação de vulnerabilidade social ”

Presidenta do Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo (Fussesp), Mônica Serra



“ O Governo não gera emprego, quem gera são os empreendedores. O governo cria condições para que o empreendedorismo floresça ”

Ex-governador Geraldo Alckmin, Secretário de Estado de Desenvolvimento



“ Estamos vendo aqui vários políticos que estão associados à gestão pública da maior qualidade e da maior transparência. Viva a democracia ”

Governador do Estado de São Paulo, José Serra



“ O Congresso é uma reunião que dignifica os municípios e apresenta caminhos para o mundo de amanhã ”

Ex-governador Laudo Natel



“ O pessoal imagina que São Paulo é um estado somente industrial, mas acima de tudo somos o maior estado agrícola do país. E é isso que tem feito a diferença ”

Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, João Sampaio



“ A APM realmente defende o município em sua existência e visa a discussão dos problemas que afetam os municípios paulistas e brasileiros ”

Deputado Estadual, Celso Giglio



“ Talvez a minha experiência de política tem ajudado o que, na verdade, os ambientalistas nunca conseguiram, que é fazer com que os poderes locais se comprometam com a agenda ”

Secretário de Estado de Meio Ambiente, Xico Graziano



“ A questão da deficiência ajuda a ressignificar o valor da vida humana e ajuda a nos fazer entender que o ser humano tem que ser o protagonista desse planeta e que todas as políticas sociais devem ser inclusivas ”

Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Linamara Rizzo Battistela



“ O Poupatempo é o nosso grande modelo de administração, cuja aceitação popular chega a quase 100% em função da rapidez e eficiência ”

Secretário de Estado de Gestão Pública,
Sidney Beraldo



“ O estudante tem que ser um indivíduo que vai construir o seu saber ”

Coordenador Geral de Ações Estratégicas de Educação em Saúde, Segisfredo Luis Brenelli



“ O aumento e o incremento de receitas devem vir sem a criação de novos impostos ou aumento da alíquota dos tributos para a população ”

Secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa



“ Este é um momento de se buscar eficiência no setor público e soluções inovadoras ”

Prefeito de Santos, João Paulo Tavares Papa

GALERIA DE FOTOS

Exposição Paralela



A Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologias, realizada durante o 53º Congresso Estadual de Municípios, foi um sucesso. Mais de 100 stands, de diversos segmentos, foram montados no Pavilhão: empresas de móveis escolares, merenda, editoras, produtos de informática, máquinas agrícolas, equipamentos esportivos, telefonia celular, trabalhos artesanais, medicamentos, empresas que atuam na área da construção civil, meio ambiente, saneamento e mineração, tecnologia, segurança, cozinhas industriais, dentre outros setores.

O objetivo desta Exposição é auxiliar os gestores públicos na busca de alternativas para facilitação e modernização de suas administrações.

PATROCINADORES OFICIAIS



APOIADORES INSTITUCIONAIS



Fundação para o Desenvolvimento da Educação - **FDE**



Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - **CDHU**



CETESB e Secretaria do Meio Ambiente



Prefeitura de São Paulo



Imprensa Oficial



DAEE



PRODESP



SABESP

DESTAQUES DO 53º CONGRESSO



53º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS



DESTAQUES DO 53º CONGRESSO



53º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS



CARTA DE SANTOS

53º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

Realizado de 31 de março a 04 de abril de 2009 - Mendes Convention Center - Santos - SP

“CRISE FINANCEIRA” Reflexos e Oportunidades para os Municípios

No ano de abertura dos mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, eleitos em 2008, para dirigir os destinos dos 645 Municípios do Estado de São Paulo, durante o quadriênio 2009/2012, realizou-se na cidade de Santos, o 53º Congresso Estadual de Municípios, organizado e promovido pela ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS MUNICÍPIOS - APM, entidade maior do municipalismo paulista, contando com o significativo e inestimável apoio dos Poderes Legislativo e Executivo do Município de Santos, tanto quanto de todos os municipalistas que participaram das atividades desenvolvidas de 31 de março a 04 de abril de 2009 que, reunidos na Sessão solene de encerramento, comandada pelo Presidente da Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, aprovaram esta CARTA, que engloba todos os debates, discussões, síntese dos painéis temáticos, bem como as propostas aprovadas nas sessões plenárias.

“CRISE FINANCEIRA” – Reflexos e oportunidades para os municípios foi o tema central de todos os debates que permearam o evento. Crise financeira que, indubidamente, afeta, em maior ou menor grau, todos os Municípios formadores deste inigualável país chamado Brasil. País que, pelas especiais características de seu povo, por sua vontade incomum de vencer, hospeda todas as condições de superar as dificuldades, realizando, embora com sacrifícios, a travessia desta turbulência passageira.

No âmbito dos Municípios, muito pode ser feito para amenizar os efeitos perveros deste momentâneo desequilíbrio, seja revendo as despesas de custeio, seja reprogramando investimentos, sem perder de vista a necessidade de geração de empregos, bem como melhorando os sistemas de fiscalização e arrecadação das receitas, sem cair na tentação de aumento da carga tributária.

Os temas abordados nos painéis temáticos, começando pelo recorrente alerta quanto à necessidade de revisão e atualização das leis orgânicas, trataram, pontualmente, as ações estratégicas que devem balizar as atividades governamentais no âmbito dos Municípios, envolvendo as áreas de educação, finanças, saneamento básico, meio ambientes, agricultura, habitação, direitos da pessoa com deficiência, bem como as relações com o Congresso Nacional, todos detalhados nos anexos desta Carta e, da mesma forma, do significativo número de propostas e reivindicações de apresentados e aprovados nas sessões plenárias deste Congresso.

Muito pode ser feito para minimizar os efeitos da crise financeira. Os agentes políticos municipais não aceitam continuar “comendo o pão que o diabo amassou”. Os Prefeitos e Prefeitas, os Vice-Prefeitos e Vice-Prefeitas, os Vereadores e Vereadoras exigem que o Governo Federal estabeleça, imediatamente, um critério de compensação das sensíveis

perdas nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, na forma da Moção de Apoio assinada por todos os municipalistas presentes a este 53º Congresso Estadual de Municípios, que integra esta Carta de Santos.

Santos, 04 de abril de 2009.

MARCOS MONTI
Presidente da APM

Apoio:

Governo Federal e Governo Estadual

Patrocinadores:

Banco Nossa Caixa S.A, Banco Bradesco S.A, CPFL Energia S.A, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, OI

Apoio Institucional:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A, Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, Imprensa Oficial do Estado, Fundação Para o Desenvolvimento da Educação – FDE, Prefeitura da Cidade de São Paulo, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, Secretaria de Estado do Meio Ambiente

2X OBRIGADO

A todos vocês que visitaram o estande do UNOPúblico no Congresso de Municípios, nosso agradecimento em dobro. Pela presença e pela preocupação em oferecer um ensino de qualidade a nossos jovens. E para isso, você sabe, pode contar sempre com nossa parceria e com nossos materiais especialmente desenvolvidos para a realidade de seu município, adequados a suas necessidades e a seus projetos na área de educação. UNOPúblico e você. Uma parceria para resultados, hoje e no futuro.



0800-551611 | www.unopublico.com.br



Biólogo Geraldo José Zenid – zenid@ipt.br
 Ecóloga Ligia Ferrari Torella di Romagnano – lferrari@ipt.br
 Centro de Tecnologia de Recursos Florestais do IPT

A madeira contribuiu de forma decisiva nos diversos avanços alcançados pelo homem. Mesmo nos dias atuais, onde o desenvolvimento da ciência e da tecnologia propicia o surgimento de materiais sofisticados e de alto desempenho, que permitem a execução de tarefas antes consideradas impossíveis, a madeira ainda desempenha um papel muito importante em vários segmentos econômicos, como os da construção civil e do mobiliário.

Isto se deve às diversas propriedades que tornam a madeira muito atraente frente aos outros materiais. Dentre essas, são comumente citadas, o baixo consumo de energia para seu processamento, a alta resistência mecânica específica, as boas características de isolamento térmico,

além de ser um material muito fácil de ser trabalhado manualmente ou por máquinas.

A característica que a destaca dos demais materiais é a possibilidade da sua produção sustentável e com significativa absorção e fixação de CO₂, o que a coloca como um material extremamente atraente sob o ponto de vista ambiental.

No entanto, as vantagens mencionadas podem ser perdidas, se a madeira for aplicada sem levar em conta o conhecimento de suas diversas propriedades e a adequação das mesmas ao uso final desejado; sobretudo se ela for produzida a partir da exploração predatória das florestas.

Com o intuito de contribuir para o bom uso dessa importante matéria-prima, o

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Secretaria de Desenvolvimento do Governo de São Paulo, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo e, o SindusCon – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo, lançaram em março de 2009 o manual *Madeira: uso sustentável na construção civil*.

O manual amplia o conhecimento de profissionais da construção e de consumidores que buscam informações sobre este importante produto, oferecendo madeiras alternativas com propriedades semelhantes às da peroba-rosa e a do pinho-do-paraná, espécies em risco de extinção, e apresenta informações de como adquirir madeiras de origem legal e madeiras certificadas.

No manual são apresentadas diversas madeiras amazônicas e outras provenientes de reflorestamentos para os principais usos da construção civil: estrutura de cobertura, esquadrias, peças de acabamento (decorativas ou não), usos temporários (fôrmas e escoramentos) e assalhos. No quadro abaixo são apresentadas as madeiras indicadas para estrutura de cobertura (telhado).

Para cerca de 20 madeiras são apresentadas fichas tecnológicas com: nome popular, nome científico, características gerais (como cor, textura, odor) durabilidade natural, características de processamento (trabalhabilidade e secagem), propriedades físicas e mecânicas. Para efeito de comparação, são informadas essas características da peroba-rosa e do pinho-do-paraná.

No manual também são apresentadas informações sobre os principais produtos de madeira e aspectos relacionados à qualidade das peças, dimensões, teor de umidade e defeitos naturais e de processamento, que servem de orientação para elaboração de especificações de compra.

O manual pode ser obtido por meios eletrônicos no site do IPT (<http://www.ipt.br/areas/ctfloresta/lmpd/manual/>), da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/meio_ambiente) e do SindusCon-SP (<http://www.sindusconsp.com.br>). A versão impressa em papel reciclado pode ser retirada gratuitamente na livraria do IPT ou enviada pelo correio, neste caso é cobrado o valor do SEDEX para enviar o exemplar ao endereço do leitor (para informações contate 11-3767-4237 livraria@ipt.br).

Nome popular	Nome científico	Nome popular	Nome científico
aracanga	<i>Aspidosperma desmanthum</i>	itaúba	<i>Mezilaurus itauba</i>
angelim-pedra	<i>Hymenolobium spp.</i>	jarana	<i>Lecythis jarana</i>
angelim-vermelho	<i>Dinizia excelsa</i>	maçaranduba	<i>Manilkara spp.</i>
angico-preto	<i>Anadenanthera macrocarpa</i>	muiracatiara	<i>Astronium lecoitei</i>
angico-vermelho	<i>Parapiptadenia rigida</i>	pau-amarelo	<i>Euxylophora paraensis</i>
bacuri	<i>Platonia insignis</i>	pau-mulato	<i>Calycophyllum spruceanum</i>
bacuri-de-anta	<i>Moronobea coccinea</i>	rosadinho	<i>Micropholis guianensis</i>
cupiúba	<i>Gouania glabra</i>	roxinho	<i>Peltogyne spp.</i>
eucalipto - R	<i>Eucalyptus tereticornis, E. citriodora, E. saligna</i>	sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i>
fava-orelha-de-macaco	<i>Enterolobium schomburgkii</i>	tanibuca	<i>Terminalia spp.</i>
faveira-amargosa	<i>Vatarea spp.</i>	tatajuba	<i>Bagassa guianensis</i>
garapa	<i>Apuleia leiocarpa</i>	timborana	<i>Piptadenia suaveolens</i>
goiabão	<i>Pouteria pachycarpa</i>	uxi	<i>Endopleura uchi</i>

Obs.: R = madeira gerada em reflorestamento



Volare, sem limites!

Pronto para o Caminho da Escola.

VE-02 – VOLARE V8L

Veículo Convencional

- 31 lugares
- comprimento 7.335 mm
- cadeira de transbordo
- porta com vão livre de 950 mm
- lixeira
- itens de série do Programa Caminho da Escola

VE-01R – VOLARE V8L

Veículo Reforçado

- 31 lugares
- veículo desenvolvido para condições mais severas de estradas
- comprimento 7.320 mm
- suspensão reforçada
- saia mais alta
- porta com vão livre de 950 mm

- cadeira de transbordo
- estepe embutido na traseira
- lixeira

Caminho da Escola

Financiamento via Governo Federal e recursos próprios para Municípios, Estados e DF.
Veículos exclusivos para Órgãos Públicos.

VOLARE

Feito para levar VIDA de um lugar a outro!

volare.com.br • SAC 0800 7070078

Foto: Beto Ito / Estadão. As ilustrações das unidades Volare são de autoria da Volare.



CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010 COM SOLUÇÃO PELA INTERNET

Avançam, em ritmo acelerado, os trabalhos preparatórios para a realização do Censo Demográfico em 2010, inclusive com a aplicação de testes para coleta de informações pela internet

A ALTERNATIVA DA INTERNET

Para o Censo Demográfico de 2010 o IBGE oferecerá uma alternativa de prestação das informações estatísticas pela internet.

Cabe destacar que se trata de uma alternativa, em especial para aqueles domicílios, com reduzida permanência de morador(es) no local, e que por esse motivo podem apresentar alguma dificuldade de apresentação das informações diretamente aos recenseadores.

A coleta normal transcorrerá via recenseador. Para utilização dessa alternativa na coleta do Censo 2010, o IBGE realizará, em breve, um teste interno, um teste de campo e, também, disponibilizará essa inovadora forma de coleta das informações no Censo Experimental de Rio Claro/SP.

O CENSO EXPERIMENTAL EM RIO CLARO/SP

Através de um Processo Seletivo Simplificado o IBGE está contratando os colaboradores temporários que realizarão a operação do Censo Experimental, após um intenso treinamento específico, já em vias de realização. Essa importante equipe de trabalho será coordenada diretamente por servidores do quadro do IBGE, lotados na Agência de Rio Claro/SP.

Esse imprescindível teste final será devidamente monitorado, durante toda a sua realização, por funcionários da Sede Estadual do IBGE, e também por técnicos do Rio de Janeiro, representando a Direção Nacional da Instituição.

Em face da importância do even-

to a cidade de Rio Claro deverá receber técnicos de vários estados da federação e poderá, também, receber observadores internacionais, em especial de institutos de estatísticas de outros países. Os trabalhos de campo ocorrerão em duas grandes etapas:

Primeira Etapa – Pré-Coleta: consiste na última verificação e atualização da Base Territorial e no levantamento de números iniciais e finais de cada face de quadra.

Segunda Etapa – Coleta de dados: consiste na realização das entrevistas presenciais, em todos os domicílios do município de Rio Claro/SP, com alternativa de coleta também pela internet.

INÍCIO DA REALIZAÇÃO

em 10.08.09.

AS COMISSÕES: estratégia de acompanhamento dos trabalhos censitários

O IBGE de São Paulo está organizando a realização da primeira reunião da CCE -Comissão Censitária Estadual, que deverá ocorrer, provavelmente, no início de junho de 2009, implementando, assim, mais uma iniciativa inovadora, com o objetivo de ampliar a transparência e divulgação da operação censitária, aumentar a participação e acompanhamento dos trabalhos e fortalecer as CMGEs - Comissões Municipais de Geografia e Estatística.

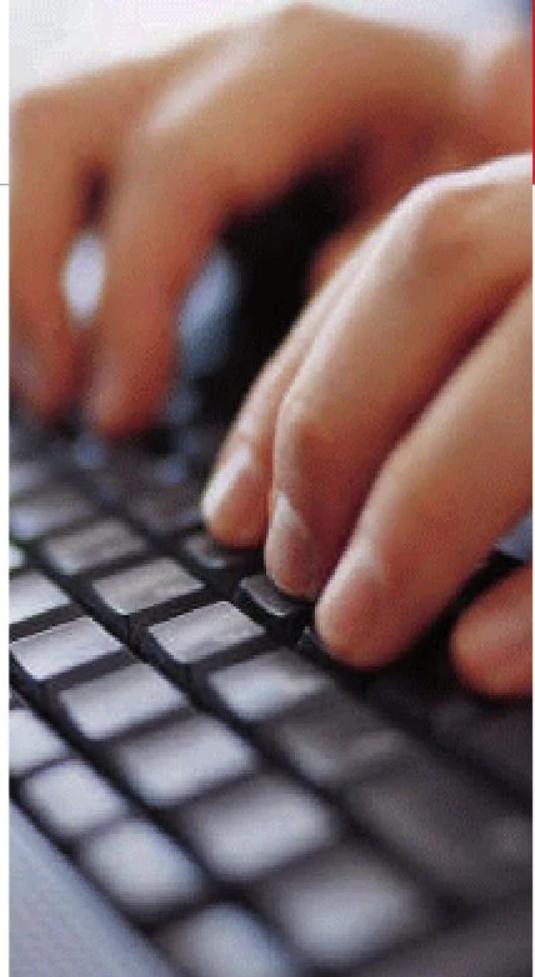
Historicamente, na realização dos Censos, o IBGE tem contado com a colaboração das comunidades locais e representantes dos poderes públicos municipais constituídos, principalmente através das Comissões Censitárias Municipais.

Para o Censo de 2010, em mais um salto de qualidade, o IBGE aprimorará a estratégia das Comissões, instalando a

CCE, buscando maior apoio de instituições de relevância no estado, e logo a seguir as CMGEs, em todos os 645 municípios do estado de São Paulo, oferecendo uma maior possibilidade de participação a sociedade local, propiciando maior integração com as respectivas comunidades, com vistas a consolidar um canal de relacionamento para divulgação de informações e recepção de demandas.

A **Comissão Censitária Estadual**, após a sua instalação, deverá se reunir em outros momentos, até o final do Censo, sempre antecedendo alguma grande etapa da referida campanha censitária.

O IBGE disponibiliza vários canais de atendimento, inclusive pela nossa Rede de Agências, composta por 100 (cem) unidades, estrategicamente instaladas por todo o estado de São Paulo, ou por intermédio do Setor de Documentação



Carteira de Agente Público Municipal

A Carteira de Agente Público Municipal está de cara nova! Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os Municípios associados à APM, podem solicitar a sua. Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você, Gestor Municipal.



Confira abaixo as vantagens de ser um associado:

- ✓ Carteira de Identificação do Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores;
- ✓ Isenção da taxa de inscrição para Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, secretários municipais e técnicos do Executivo e Legislativo nos Congressos realizados pela APM: Congresso Estadual de Municípios e CBTIM;
- ✓ Desconto na taxa de inscrição para Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, secretários municipais e técnicos do Executivo e Legislativo nos cursos e seminários realizados pela APM;
- ✓ Isenção para acesso webcast, curso pela internet;
- ✓ Direito a voto nas Assembléias, exercido pelo(a) Prefeito(a);
- ✓ Acesso aos serviços da APM, como também de pareceres e consultas jurídicas;
- ✓ Sala dos Municípios equipada à disposição.

SOLICITE AGORA MESMO A SUA CERTEIRA DE AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL



Informações

Associação Paulista de Municípios

Fone.: (11) 2165-9999 - Tratar com: Fernanda - Email: fernanda@apaulista.org.br



Rejeição das Contas do Prefeito - Parte II

Análise de duas causas determinantes

Flávio C. Toledo Jr.
Sergio Ciqueira Rossi *

3 – O Déficit Orçamentário

Em cada ano civil (exercício financeiro), o resultado entre receitas arrecadadas e despesas empenhadas é, sem dúvida, o mais importante na avaliação financeira das esferas locais de governo. Põe-se aqui o resultado da execução orçamentária.

É bem assim pois são menos importantes os demais resultados fazendários, conquanto:

- a) Imensa parte dos Municípios tem baixo estoque de dívida de longo prazo (consolidada); para eles reveste-se de pouco significado os resultados primário e nominal.
 - b) O resultado patrimonial não espelha valores reais, posto que os ativos governamentais não são atualizados monetariamente; a Lei nº. 4.320, de 1964, não impõe essa correção; apenas a indica (art. 104, § 3º).
 - c) O resultado econômico também não revela cifras reais, conquanto bens de uso comum do povo não geram incremento patrimonial (ex.: construção de parques, praças, viadutos, pontes, estradas vicinais).

Demais disso, por meio do resultado orçamentário se vê o nível de variação da dívida que mais pesa ao Município: a de curto prazo; esta, nada mais é do que o déficit financeiro (diferença entre ativo e passivo financeiros do balanço patrimonial, ou seja, entre disponibilidades de caixa e débitos de curta exigibilidade).

Em suma, a sobra financeira gerada



pelo superávit orçamentário reduz a dívida líquida de curto prazo. Em sentido contrário, o déficit orçamentário aumenta, mais ainda, esse tipo de dívida, composta, no mais das vezes, por Restos a Pagar sem cobertura de caixa.

Ante o fato de a Lei de Responsabilidade Fiscal induzir superávits orçamentários para a redução da dívida pública, este Tribunal recusa déficits orçamentários, mesmo os de baixa monta; isso, desde que carregue ainda o Município Restos a Pagar sem cobertura monetária. Reforça esse juiz negativo o fato de o Prefeito, ao longo do exercício, ter sido alertado sobre o déficit que se avizinhava e, nem assim, adotar políticas de limitação da despesa não-obrigatória (art. 9º da LRF).

Todavia, um déficit orçamentário pode ser absolutamente lícito, desde que amparado no superávit financeiro do exercício anterior. É bem a isso o que se refere o art. 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320, de 1964.

Dessa cobertura financeira, por outro lado, há de ser excluído o superávit financeiro dos regimes próprios de previdência; tal dinheiro está absolutamente vinculado; não pode, em hipótese alguma, custear qualquer outra despesa do Município (Lei n.º 9.717, de 1998 e art. 43, § 1º da LRF).

3.1 – Cautelas na Apuração do Resultado de Execução Orçamentária

Fundamental a correta apuração do resultado de execução orçamentária. Para tal e sob pena de futura retificação

por parte da Auditoria, deve a Administração atentar para o que segue:

a. Haja vista o art. 71, I e II da Constituição, os Tribunais de Contas apreciam, uma a uma, as entidades públicas do Município, fazendo juízo individual sobre Prefeituras, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais. Nesse passo, os balanços orçamentário e financeiro da Administração direta devem conter, apenas, os números da Prefeitura e Câmara.

b. A despeito do art. 38 da Lei nº. 4.320, o cancelamento de Restos a Pagar não deve gerar, em contrapartida, uma receita orçamentária fictícia, escritural, de “papel”; tal fato deve ser escrutinado independente

da execução orçamentária. Aliás, é bem isso o que determina o “Manual de Receitas Públicas” da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

c. Mesmo que líquida e certa, não pode ser orçamentariamente contabilizada a receita que ainda não virou dinheiro no caixa do Município. Por isso, erra a Portaria STN nº. 447/02 ao contrariar o regime de caixa da receita (art. 35, I da Lei nº. 4.320, de 1964).

d. Em face da Portaria Interministerial nº. 163, de 2001, meros repasses a Autarquias, Fundações e Empresas não mais oneram a despesa orçamentária da Prefeitura. De outro lado, essa ajuda

financeira representa efetiva saída de dinheiro; uma redução da receita arrecadada pela Prefeitura. Diante disso, essas transferências devem somar-se à despesa orçamentária da Prefeitura.

e. Tendo em vista o regime de competência da despesa e a norma do prévio empenho, não se pode empenhar despesas de pessoal de dezembro no início do ano seguinte (art. 35, II c.c. art. 60 da Lei nº. 4.320, de 1964).

3.2 – Fórmula de Cálculo do Resultado da Execução Orçamentária

(veja o quadro abaixo)

EVENTOS	VALOR (R\$)
Receita Arrecadada	
(-) Cancelamento de Restos a Pagar	
(-) Receitas que, de fato, não ingressaram no caixa, mesmo que líquida e certa a futura entrada	
(-) Despesa Empenhada	
(-) Transferências financeiras a Autarquias, Fundações e Estatais Dependentes	
(-) Despesas de pessoal incorridas, mas somente empenhadas no ano seguinte (ex.: folha de pagamento de dezembro, encargos, 13º)	
(=) Resultado da Execução Orçamentária (superávit ou déficit)	

*Flávio C. de Toledo Jr., Assessor Técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Sérgio Ciquera Rossi, Secretário Diretor Geral e Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Gestores Municipais!

Pesquisas com os Municípios Paulistas 2009

Informações: www.apaulista.org.br - Fone/Fax: (11)2165-9999



EM NOITE DE GALA, PREFEITO MÁRIO BULGARELI É ELEITO PRESIDENTE DA AMCOP

Por Carlos Ferreira



Foto: Carlos A. Monteiro

Em noite de gala, o prefeito de Marília, professor Mário Bulgareli, foi eleito o novo presidente da AMCOP - Associação dos Municípios do Centro Oeste Paulista, que foi totalmente remodelada e a partir de agora tem a missão de fortalecer a união entre os municípios e os prefeitos de toda região, bem como fazer com que os prefeitos caminhem unidos em reivindicações regionais.

Estiveram presentes 61 prefeitos da região de Marília e também da região noroeste do Estado de São Paulo, além de um grande número de presidentes de Câmaras Municipais, vereadores e autoridades regionais. Presentes também o Secretário Chefe da Casa Civil, Aloysio Nunes Ferreira Filho, que estava acompanhado do Subchefe da Casa Civil Rubens Cury; o ex-prefeito de São Manuel e Presidente da APM - Associação Paulista de Municípios - Marcos Monti; os deputados federais Sergio Nechar, Walter Hiroshi, e Jorginho Maluly; e os deputados estaduais Vinicius Camarinha, Milton Flávio e Mauro Bragato.

O recinto do Buffet Vila Romana teve todas as suas dependências lotadas por cerca de 300 pessoas que foram prestigiar o evento e abraçar o presidente da AMCOP. A eleição da AMCOP, que foi feita por aclamação, foi presidida pelo ex-prefeito de Álvaro de Carvalho, Anto-

nio Francelino, o Peco, até então presidente em exercício da entidade.

Após abrir os trabalhos, Peco convidou os prefeitos que tinham chapas para concorrer, tendo apenas o prefeito de Garça, Cornélio Kemp Marcondes de Moura, se levantado da mesa para levar a única chapa, denominada Renovação e Trabalho.

A chapa apresentada foi a seguinte: Presidente Mario Bulgareli (prefeito de Marília, do PDT); Vice-Presidente, Cornélio Kemp Marcondes de Moura (prefeito de Garça, do PR); 1º Secretária Renata Zompero Dias DeVito (prefeita de Vera Cruz, do PSDB); 2º Secretário Marcos Elias (prefeito de Oscar Bressane, do PSDB); 1º Tesoureiro João Ferreira Júnior (do PSDB); 2º Tesoureiro Elisabete de Carvalho Fetter (prefeita de Maracaiá, do PMDB) e Diretor Coordenador Adelcio Aparecido Martins (prefeito de Fernão, do PR).

Já o Conselho Fiscal da AMCOP ficou com a seguinte formação: Presidente Ézio Spera (prefeito de Assis, do DEM); 1º Vice-Presidente Sandra Regina Sclauzer de Andrade (prefeita de Presidente Alves, do PT); 1º Vice-Presidente Fernando Branco Nunes (prefeito de Quintana, do PSC); 1º Secretário Oscar Norio Yasuda (prefeito de Pompéia, do PP) e 2º Secretário Jairo da Costa e Silva (prefeito

de Tarumã, do PSDB).

Discursos

Após a eleição, o presidente da mesa, Peco, usou a palavra para contar um pouco da história da AMCOP, relembrando sua fundação nos anos 70 e citando alguns nomes que passaram pela presidência da entidade.

Peco também falou da luta da AMCOP no passado junto com a APM - Associação Paulista de Municípios, para o aumento do FPM - Fundo de Participação dos Municípios - e a luta pela duplicação da SP 294, a conhecida Comandante João Ribeiro de Barros entre Marília e Garça.

Em seguida, passou a presidência dos trabalhos para Mário Bulgareli que, após saudar os membros da mesa, discursou falando de sua alegria em receber tantas autoridades, colegas prefeitos, presidentes de Câmaras, vereadores, deputados e principalmente o Secretário Aloysio Nunes Ferreira Filho e o Subchefe Rubens Cury.

O prefeito de Marília aproveitou a oportunidade para fazer um amplo relato do seu governo, bem como do potencial empresarial e industrial da cidade, deixando todos os presentes admirados com o crescimento e desenvolvimento do município. Também comentou seu trabalho e dos seus colegas de Diretoria à frente da AMCOP.

Segundo o prefeito de Marília, a nova diretoria eleita vai lutar para resgatar o prestígio da entidade junto ao governo do Estado e também da União, assim como unir os prefeitos nas lutas e conquistas por obras regionais.

Após seu discurso, a palavra foi dada ao presidente da Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, e aos deputados. Todos parabenizaram a diretoria da AMCOP eleita naquela oportunidade, falando da necessidade de união dos prefeitos em suas reivindicações.

O Secretário Chefe da Casa Civil, Aloysio Nunes Ferreira Filho, foi o último orador da noite. Após as saudações, Aloysio comentou sobre o trabalho que o governo José Serra vem desenvolvendo junto a todos os prefeitos do interior do Estado de São Paulo na liberação de recursos e obras de alcance social.

Deputado João Caramez fala sobre Frentes Parlamentares

No Congresso de Municípios, onde coordenou o Painel do Meio Ambiente, o Deputado João Caramez entregou ao Secretário Xico Graziano um ofício solicitando urgência no encaminhamento à Assembleia Legislativa do projeto de lei de criação de mecanismos de com-

Em 1995 foi editada, com base no artigo 200 da Constituição paulista, a Lei nº 9.146, que dispõe sobre a compensação financeira para os municípios que abrigam em seu território, por força de lei estadual, áreas especialmente protegidas como Estações Ecológicas, Parques Es-

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



pensação financeira para os Municípios que sofrem restrições por força de instituição de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Estado.

Sobre esta compensação financeira, que está prevista na Constituição do Estado, mas que até agora não foi implementada, bem como sobre sua atuação na Coordenadoria da Frente Parlamentar das Hidrovias e da Frente Parlamentar de Apoio à Mineração, o Deputado João Caramez falou à MUSP.

Se a Constituição do Estado previu uma compensação financeira para os Municípios que sofrem restrições por força da instituição de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Estado, por que ela ainda não foi implementada?

taduais, Zonas de Vida Silvestre, Reservas Florestais, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas de Proteção aos Mananciais. No entanto, por incrível que pareça, passados mais de 14 anos, esta lei não surtiu qualquer efeito, por falta de regulamentação. Por isso, em 2006 realizamos um Fórum de Debates na Assembleia para discutir a eficácia dessa lei, com a presença de representantes das Secretarias do Meio Ambiente, Fazenda e Planejamento, além da Procuradoria Geral do Estado, advogados ambientalistas, prefeitos e vereadores.

Naquela ocasião, pudemos constatar inúmeras contradições e distorções em seu texto, além de exigências difíceis de serem cumpridas que, com certeza, inviabilizaram a sua regulamentação. Com isso, um direito

desses municípios, garantido constitucionalmente, até hoje não foi exercido.

Como o município sabe que se enquadra nesta categoria?

Todos os municípios que abrigam em seus territórios áreas especialmente protegidas pelo Estado têm direito a essa compensação financeira. Mas, vejam, são áreas de preservação ambiental, como as que mencionei a pouco, assim declaradas por força de lei estadual. Não cabe nesta compensação áreas de preservação instituídas por lei municipal.

O que o constituinte quis garantir com esse dispositivo é que o Município que sofre restrições em seu desenvolvimento, por abrigar áreas preservadas, assim declaradas para o bem de todo o Estado, pudesse receber uma compensação financeira que lhe proporcionasse meios de suprir as dificuldades resultantes de tal condição.

É preciso ressaltar que essa compensação não tem nada a ver com o denominado ICMS Ecológico. Enquanto esse resulta de uma repartição diferenciada dos recursos do ICMs repassados aos Municípios, a compensação financeira decorre de dotação orçamentária, do Tesouro do Estado.

Algum município já recebeu essa compensação?

Não. Como eu já falei, com a falta da regulamentação dessa lei, cerca de 189 municípios que poderiam estar recebendo recursos do Estado para compensar as restrições que sofrem, nada recebem. Por isso, graças ao trabalho de uma comissão integrada por todos os agentes envolvidos no Fórum que realizamos, foi elaborada uma minuta de projeto de lei, sem as distorções da lei vigente e atualizado com as novas unidades de conservação previstas na legislação federal, que encaminhamos ao então Secretário do Meio Ambiente, José Goldemberg. Como essa proposta permanece em estudos na Secretaria do Meio Ambiente por mais de 2 anos, entendemos que era chegada a hora de apelar para o nosso Secretário Xico Graziano que urgencie o encaminhamento desse projeto à Assembleia Le-

gislativa, já que a prerrogativa para apresentar tal projeto é do Poder Executivo.

Deputado Caramez, o sr. sabe quanto cada município poderia receber caso aprovado o projeto de lei a que o sr. se refere?

A minuta contém uma fórmula, que procura estabelecer compensações justas e proporcionais às diferentes unidades de conservação existentes em cada município, que levam em conta o grau de restrição de uso a que estão sujeitas essas áreas. Por isso, não dá para adiantar de pronto quanto cada município poderia receber, pois depende do tipo de área preservada e da sua extensão, além de outros fatores previstos na minuta.

O que os prefeitos podem fazer para convencer à Secretaria sobre a urgência da aprovação deste novo projeto de lei?

Como em geral acontece, é nos momentos de crise que surgem propostas inovadoras e soluções criativas. Por isso, acho que estamos no momento certo para unir esforços em favor da instituição dessa compensação financeira. Com a situação em que se encontram os municípios, afetados com queda de repasse do FPM, os prefeitos têm que buscar todos os seus direitos. E a compensação financeira aos municípios que sofrem restrições pela instituição espaços territoriais especialmente protegidos pelo Estado é um direito garantido constitucionalmente que não pode ficar esquecido.

O sr. foi o primeiro deputado a fazer a neutralização do carbono do seu gabinete. Como explica o seu empenho em favor do setor de mineração, que tanto agride o meio ambiente?

Quando em 2007, foi criada na Assembleia Legislativa, por minha iniciativa, a Frente Parlamentar de Apoio à Mineração, houve quem se assustasse com essa minha posição. De fato, para quem não conhece bem a atividade, parece, a princípio, que mineração e meio ambiente são temas que se contrapõem. Mas isto só ocorre porque a mineração foi praticada durante muito tempo sem qualquer controle, causando degradação

ambiental. Com isso a imagem da mineração ficou muito prejudicada, permanecendo o estigma de atividade danosa ao meio ambiente, apesar das novas técnicas e práticas preservacionistas que tem utilizado.

É preciso que se lembre que praticamente tudo que nos rodeia é produzido com minérios e, portanto, depende da mineração: do alimento que comemos – que para seu desenvolvimento necessita de adubos - até as estradas que utilizamos, construídas de concreto.

Não podemos viver sem a mineração. Mas podemos, sim, lutar para que a extração de minérios seja feita de forma sustentável, para garantir o suprimento seguro e contínuo desses produtos.

E esse é o nosso objetivo na Frente Parlamentar de Apoio à Mineração.

Como os municípios que têm jazidas de minérios podem fazer para que essa atividade contribua com a economia e a geração de empregos local, sem prejudicar o meio ambiente?

São Paulo ocupa os primeiros lugares na produção mineral do país, destacando-se pela produção mineral de areia, cascalho, argilas, água mineral, rochas fosfáticas, calcário e pedras britadas. São hoje cerca de 2250 concessões de lavra espalhadas por quase todos os nossos municípios, o que exige que cada Município tenha um Plano Diretor, um ordenamento territorial, que conte com o zoneamento mineral adequado às especificidades de cada região.

As incompatibilidades entre as disposições das leis de zoneamento municipais e a vocação mineral de determinadas zonas são um dos grandes problemas que precisam ser solucionados.

No Relatório apresentado pela FPAM, em novembro de 2008, há um diagnóstico bastante detalhado sobre o setor e as propostas para solucionar os problemas encontrados, como a criação de um órgão estadual de planejamento e gestão para a mineração paulista.

Além de Coordenador da Frente Parlamentar de Apoio à Mineração, o sr. é também Coordenador da Frente

das Hidrovias. Como funcionam essas frentes? O sr. poderia nos falar um pouco mais sobre a Frente das Hidrovias?

Essas duas frentes de minha iniciativa são integradas por mais de 30 deputados cada uma; mas a principal característica dessas frentes, responsável pelo excelente trabalho que tem sido desenvolvido, é contar com a participação de representantes de órgãos públicos e privados, especialistas no assunto, universidades e ONGs ambientalistas, que atuam com membros colaboradores.

Essas frentes têm reuniões periódicas, não só na Assembleia, mas itinerantes também, envolvendo toda a sociedade em suas discussões.

E como temos demonstrado nossa preocupação ambiental, é preciso destacar que o transporte hidroviário é o transporte que menos impacta o meio ambiente. No momento em que o mundo todo volta suas atenções para o aquecimento global e as mudanças climáticas decorrentes, com a adoção de medidas de controle das emissões de carbono, é preciso incrementar o uso das nossas hidrovias.

Teremos, inclusive, no dia 19 de junho, nossa próxima reunião itinerante da Frente das Hidrovias, em Barra Bonita. Em formato de seminário e com navegação pelo rio Tietê, essa reunião terá como tema: Transporte Hidroviário – Solução de Desenvolvimento Econômico que respeita o Meio Ambiente.

O sr. gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Só cumprimentar mais uma vez o nosso querido presidente Marcos Monti e toda a diretoria e equipe de funcionários da APM pela organização e sucesso do Congresso de Municípios, realizado em Santos. Quero também cumprimentar os responsáveis pela revista da APM pelo seu grande alcance e cuidadosa elaboração. No mais, só agradecer por essa valiosa oportunidade de mostrar um pouco do nosso trabalho em favor dos municípios paulistas.

Obs: Mais informações pelo site [www.joaocaramez.com.br](http://joacaramez.com.br)

Economia e participação do povo marcam ações do Legislativo de Brotas

Por: Neilton Esteves

A cidade de Brotas, conhecida como a “Capital dos Esportes Radicais”, ostenta um considerável desenvolvimento de seu setor turístico, mas também conta com fortes atividades agrícolas para o estímulo de sua economia, como cultivo da cana - na produção de açúcar e álcool - citricultura, eucalipto e pecuária.

Brotas, que está situada na região central do Estado, a 254 km de São Paulo e tem população de 22 mil habitantes, possui uma Câmara Municipal atuante e que busca sempre a participação popular.

O Legislativo brotense tem nove vereadores, que contam com serviços de apenas duas funcionárias administrativas e uma auxiliar de limpeza. Assessorias contábil e jurídica são terceirizadas. Cargos como Chefe de Gabinete ou diretor nunca foram ocupados. “Os vereadores não possuem assessores exclusivos, nós mesmos atendemos a população”, afirma o Presidente da Câmara Municipal de Brotas, Modesto Salvietto Filho, Capitão Reserva da Polícia Militar.

Os subsídios dos vereadores correspondem a 20% (R\$ 2,5mil) dos Deputados Estaduais (limite é de 30%); desta forma é usado apenas 1,44% dos gastos, que poderiam chegar até 6% da receita corrente líquida. O repasse mensal da Prefeitura a Câmara Municipal é de R\$ 55 mil.

A estrutura de trabalho é boa: auditório com capacidade para 50 pessoas, data-show, sistema interno e externo com câmeras de segurança e ar-condicionado. O espaço, quando solicitado, é cedido para entidades que querem fazer suas reuniões. A Câmara ainda possui um carro de uso exclusivo para viagens dos vereadores, que constantemente são incentivados a participar de seminários, congressos correspondentes às suas funções dentre as comissões permanentes.

O Legislativo Brotense conta com as seguintes Comissões Permanentes:

Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; Educação, Saúde e Assistência Social; Ecologia, Meio Ambiente e Turismo, sendo que, além de emitir os pareceres dos Projetos, os membros também são convocados pelo Presidente a diligenciar fora da Câmara assuntos pertinentes que possam a ser resolvidos.

A participação popular é incentivada pelos vereadores, que se reúnem todas as segundas-feiras. “Quando o projeto que entra para a discussão e votação é polêmico, sempre chamamos a população para participar e opinar”, afirma Salvietto.

Nas sessões é comum observar a presença de presidentes de associações de bairro, comerciários, funcionários pú-

lico municipais e pastores evangélicos. “Há o costume de convidarmos sempre diretores e secretários municipais para debatermos os projetos. Isso facilita para o vereador que tem dúvidas antes de tomar sua decisão no voto”, explica o Presidente.

A Câmara Municipal de Brotas, no ano de 2001, foi uma das primeiras do Brasil a acabar com o voto secreto. A transparência para os eleitores sobre as posições do vereador foi levada em consideração como forte argumento na época dessa votação. “Os Senhores deputados e senadores deveriam fazer o mesmo”, enfatiza Salvietto. Brotas hoje conta com oito Leis relacionadas à regulamentação de todas atividades turísticas desenvolvidas



Até o início de maio foram realizadas 16 Sessões Ordinárias e 7 Sessões Extraordinárias. Foram aprovados 24 Projetos de Lei, 07 moções e 03 emendas; apresentadas 123 indicações ao Executivo e ainda 01 Projeto de Lei do Executivo não foi aprovado.

A Saúde no Judiciário

Por Maria Fernanda Pessatti de Toledo *

A busca do direito à saúde, princípio fundamental inserto na Constituição Federal, em suas variadas formas, está a lotar as prateleiras do Poder Judiciário.

O absurdo número de ações judiciais (cerca de 180 por mês só na cidade de São Paulo) visando a obtenção de medicamentos e procedimentos de alto custo, deu causa, recentemente, a uma série de audiências públicas no Supremo Tribunal Federal.

Autoridades públicas e especialistas debateram sobre a polêmica questão: a intervenção do Poder Judiciário no Poder Executivo, determinando a realização de procedimentos médicos de alto custo e o fornecimento de medicamentos que, muitas vezes, além de não constarem da lista do SUS, sequer possuem registro na Anvisa.

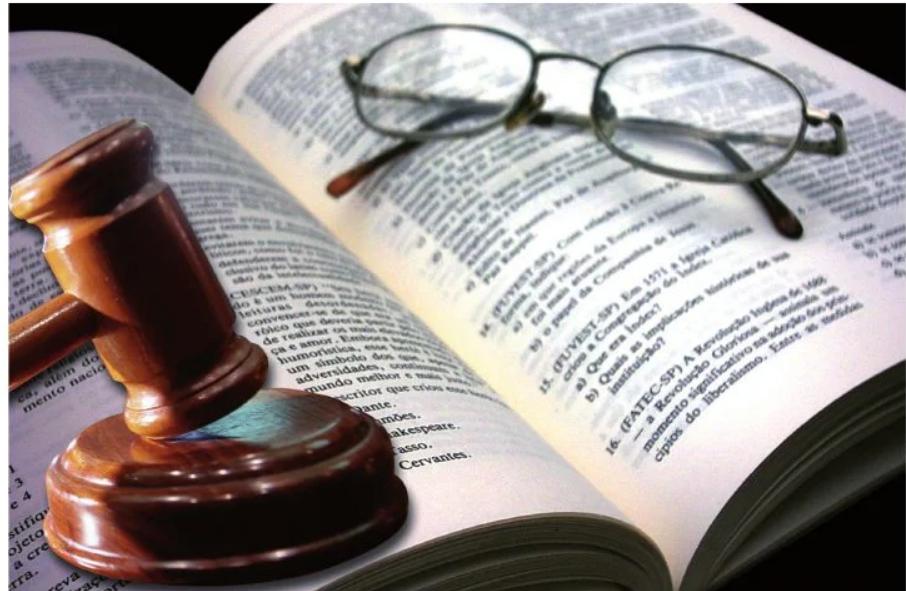
No primeiro dia da audiência, o advogado-geral da União, José Antônio Toffoli, afirmou que “o direito à saúde para toda sociedade não significa somente o acesso a todo e qualquer tratamento ou medicamento”.

O Subprocurador-geral do Estado do Rio de Janeiro, Rodrigo Mascarenhas, em contrapartida, ressaltou que “Não existe, em nenhum país do mundo, um sistema que admita todo e qualquer tratamento, todo e qualquer insumo, todo e qualquer medicamento, não importa o seu custo”.

Se, por um lado, a saúde é direito fundamental, o fornecimento de medicamentos pelo Poder Público é condicionado a políticas públicas sociais e econômicas, sem as quais a Administração ficaria impossibilitada de cumprir, regularmente, com as suas obrigações.

A realidade é que os juízes passaram a conhecer matérias essencialmente políticas, de tal maneira que questões intrínsecas ao Poder Público passaram a transitar pelos pretórios nacionais.

O que deve ficar claro é que este embate não terá fim sem a integralidade das políticas públicas, que deve envolver um



planejamento conjunto dos três poderes e dos três níveis de governo.

Ressalte-se que os Municípios recebem uma sobrecarga na área da saúde. É neles que se concentra o maior número de demandas vindas da área e é também deles a maior dificuldade em executar as políticas públicas no setor.

Não foi por outro motivo que a Emenda 29 foi alvo de reivindicação no STF. Desde a sua publicação, os Municípios aguardam a Lei complementar, que deverá definir os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde.

A política pública que envolve esta questão deverá compor, também, novos parâmetros para a resolução de conflitos.

Não podemos, por exemplo, transformar os juízes em médicos ou gestores públicos, mas é inevitável que conheçam a política social e econômica do Município, no que se refere à saúde.

É preciso, diante desses fatos, que se chegue a um consenso quanto ao uso racional dos medicamentos, medida que envolve a análise do custeio pelo Estado de remédios experimentais ou excepcionais, além da exigência de detalhamento do

diagnóstico do paciente, sob pena da intervenção judicial violar frontalmente os princípios da universalidade e equidade.

A questão do acesso ao medicamento é um problema de difícil solução com variadas formas de abordagem. Por outro lado, a problemática de liberação de medicamento não significa a redução do conceito de saúde.

Do ponto de vista jurídico, é impossível impor ao Poder Público uma obrigação de fazer subordinada a critérios, tipicamente administrativos, de oportunidade e de conveniência, sob pena de lesão ao princípio constitucional da independência e da harmonia dos poderes.

Nenhum direito, cuja efetividade pressupõe um gasto seletivo dos valores arrecadados dos contribuintes, pode ser protegido de maneira unilateral pelo Judiciário e o problema que envolve a saúde pública jamais será resolvido sem que os três poderes e os três níveis de governo se sintam solidariamente responsáveis.

*Maria Fernanda Pessatti de Toledo

Advogada especialista em Direito Administrativo e Constitucional;
Associada ao escritório ASB Advogados

HOMENAGEM

JOÃO HERRMANN - UM AMIGO INESQUECÍVEL

Por Carlos Cruz



Vá com Deus, João Herrmann, e leve o nosso abraço amigo, fraterno e saudoso

Os que não estiveram saibam, mas nós que estávamos vimos, representando o Presidente da Câmara Federal na Sessão Solene de abertura do 53º Congresso Estadual de Municípios, o Deputado JOÃO HERRMAN NETO, sem imaginar que, uma semana depois, seríamos todos surpreendidos com a triste notícia de seu falecimento.

Para um homem de extrema sensibilidade, alegria de viver, humor irresistível e cordialidade insuperável, esta foi, sem dúvida, uma notícia que não combinou.

De verdade, JOÃO HERRMANN se foi. Vítima de uma fatalidade, mas se foi. Por mais que não combine com ele, se foi.

O que fica numa situação dessas?

A saudade. Mas, mais forte que a saudade, a lembrança.

A lembrança de um amigo leal, solidário e disponível.

Disponível para um afago, um conselho ou uma companhia.

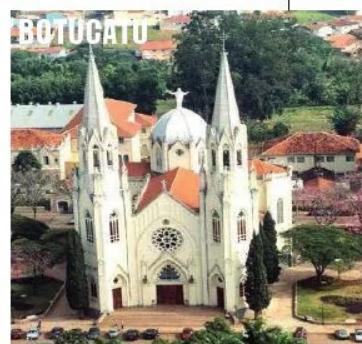
Todos que conhecemos JOÃO HERRMANN estamos entristecidos com sua prematura partida.

Bem que ele poderia ter ficado mais tempo conosco. Afinal, tantas responsabilidades ainda estavam reservadas para ele, possuidor de habilidades ímpares, que faziam dele um político especial e diferenciado.

Resta entregarmo-nos à vontade divina, aceitar Sua vontade, e agradecer ao amigo JOÃO HERRMANN por sua existência de construção, bondade e coerência, inscrevendo-o no rol dos amigos inesquecíveis.

MAIO

Alambari - Araçariguama - Bocaina - Botucatu
- Brotas - Cesario Lange - Garça -
Jumirim - Santa Branca - Santa Rita do Passa Qua-
tro - Santa Rita d' Oeste - Valinhos

**BOCAINA****JUMIRIM****SANTA RITA D'OESTE****BOTUCATU**

ANIVERSARIANTES



SANTA RITA DO PASSA QUATRO



VALINHOS



Mobilização Municipalista reúne 500 prefeitos

Mais uma vez, o presidente da APM – Associação Paulista de Municípios - esteve presente em Brasília representando os municípios do Estado de São Paulo, na Mobilização Municipalista “Os desafios dos municípios no enfrentamento da crise”.

O evento foi dia 6 de maio, e contou com a presença de mais de 500 prefeitos e diversas lideranças estaduais.

Os assuntos debatidos foram: ajustes do Ministério da Educação (MEC) no Fundeb, que provocaram perdas em mais de três mil municípios brasileiros; judicialização da saúde – a CNM é contrária à súmula vinculante nº 04, editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF); precatórios, habitação, piso salarial do magistério e crise financeira.

Os participantes tomaram conhecimento dos estudos técnicos da CNM que apontam a queda do repasse do FPM - Fundo



de Participação dos Municípios - neste quadrimestre: R\$ 954 milhões a menos foram depositados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em comparação ao mesmo período do ano passado.

Marcos Monti ressaltou que essas reuniões mensais promovidas pela CNM são de suma importância, para que prefeitos, entidades estaduais e regionais possam discutir essa questão do FPM, “que ainda vai trazer muita preocupação”. “Falar que a crise do FPM não aflige São Paulo é mentira. Dos 645 municípios, 70 municípios (quase 11%) têm

no FPM mais de 50% de sua receita”.

Durante o evento, foi pedido que os prefeitos organizem reuniões nos meses de maio e junho, para debater assuntos que serão colocados em pauta na XII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, marcada para os dias 14, 15 e 16 de julho.

Após a mobilização, foi realizada uma reunião dos prefeitos com os coordenadores de bancadas e os deputados e senadores, ocasião em que foram debatidas estratégias para se buscar soluções de enfrentamento à crise.

Presidente da APM participa de reunião em Brasília



O presidente da APM, Marcos Monti, participou de uma reunião em Brasília com os presidentes das Associações e Federações Estaduais dos Municípios.

A reunião ocorreu no dia 5 de maio, na sede da CNM – Confederação Nacional de Municípios, com o objetivo de articular o movimento municipalista.

Entraram em pauta assuntos como

a judicialização da saúde, a PEC dos Precatórios, os ajustes no Fundeb realizados pelo Ministério da Educação, que causaram prejuízos a mais de três mil Municípios brasileiros, e a MP 457/2009.

Além disso, foi definida a data da posse da nova diretoria da CNM. Os integrantes da chapa CNM Independente, eleita no dia 30 de março, assumiram seus cargos no dia 27 de maio em realizada na capital federal.

Todos os presentes foram convidados para a Mobilização Municipalista “Os desafios dos Municípios no enfrentamento da crise econômica”, que aconteceu dia 6 de maio, em Brasília. O presidente da APM está participou desta

mobilização, representando os municípios do Estado de São Paulo.





Curso sobre Simples Nacional tem saldo positivo

Representantes de diversos municípios do Estado de São Paulo participaram do curso “Simples Nacional: as alterações da Lei Complementar 128/08”, promovido dia 7 de maio, pela APM - Associação Paulista de Municípios, em parceria com a GTM WEB – Gestão Tributária Municipal.

Cursos da APM orientam professores para os melhores caminhos

Conforme destacou o palestrante Eudes Sippel, o objetivo foi levar aos fiscais e servidores municipais as mudanças e alterações que a Lei Complementar 128 trouxe, especialmente na questão da retenção da fonte. “A grande mudança é que a retenção será com base na alíquota do Simples e não mais da alíquota prevista na Legislação Municipal”.

Eudes também apresentou questões práticas, de cálculo e fiscalização, para que os servidores estejam capacitados e bem treinados para desempenhar as questões relativas ao Simples em seus municípios. “Até porque, nossos contribuintes vão exigir muito dos municípios; vão buscar os municípios que são os entes mais próximos para solucionar

sus pendências e questões relativas ao Simples”.

O auditório da APM ficou lotado e todos os participantes saíram satisfeitos com o curso. A Secretária de Finanças de Jarinú, Marilza Lorenzini, afirmou que tinha pouco conhecimento sobre o Simples e que a palestra foi bastante esclarecedora. “O curso foi muito bom, trouxe informações novas. O palestrante fala muito bem, com uma linguagem que a gente entende”.

A Chefe de Tributos de Jarinú, Luiza Aparecida Biazini, também aprovou o curso. “Achei ótimo, o palestrante é muito dinâmico. Temos pouco conhecimento e o que ele está agregando para a gente é muito bom. A APM tem que promover mais cursos como este, se possível com o Eudes, porque ele é ótimo”.

O Chefe da Divisão de Fiscalização Tributária de Novo Horizonte, Marcos Aparecido de Andrade, disse que o curso foi prático, versátil e importante. “Este é um tema complexo de primeiro grau, mas que já vem sendo abordado há algum tempo e está se tornando mais acessível ao conhecimento. Aqui, procuramos aperfeiçoar o assunto. É extremamente necessário que a APM continue promovendo cursos como estes”, finalizou.

“Os municípios e a crise econômica”

O impacto da redução do FPM – Fundo de Participação de Municípios – foi amplamente discutido durante a Mobilização Municipal “Os municípios e a crise econômica”, realizada em Brasília dia 7 de abril.

O presidente da APM – Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, esteve presente neste evento, que reuniu representantes de mais de 700 municípios. Durante discurso, Marcos Monti salientou que a queda no repasse do FPM tem preocupado muito os municípios brasileiros. “Em alguns estados, os municípios estão fechando as prefeituras como forma de protesto. Deveríamos neste momento trabalharmos pela unidade do movimento municipalista e fazermos uma ação coordenada em todos os municípios brasileiros”, afirmou o presidente da APM.

O objetivo da mobilização foi analisar as medidas adotadas pelo Governo Federal a respeito das reivindicações municipais apresentadas anteriormente pela CNM: redução e isenção do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados e o impacto da Previdência nos municípios brasileiros. Também foi mostrado aos municípios que, com o país crescendo 0,5% neste ano, a queda do FPM poderá chegar a R\$ 8 bilhões.

Seminário reúne diversos participantes

O auditório da APM – Associação Paulista de Municípios – ficou lotado durante o Seminário “Vantagens do Regime Jurídico Único: Uma questão de economia”, realizado no dia 20 de maio.

O curso foi ministrado pelos advogados Antonio Sergio Baptista e Claudia La Terza Baptista, e reuniu diretores e assessores jurídicos, procuradores, contadores, consultores, chefes de gabinete, prefeitos, presidentes de câmaras e vereadores.

NOVA DIRETORIA DA AMCOP TOMA POSSE

Em uma cerimônia que reuniu mais de 300 pessoas, dentre elas 60 prefeitos da região, a AMCOP – Associação dos Municípios do Centro-Oeste Paulista – empossou nova diretoria.

Como presidente e vice, foram eleitos, respectivamente, o Prefeito de Marília, Mario Bulgareli; e o Prefeito de Garça, Cornelio Cesar Kemp Marcondes.

A solenidade foi realizada na noite do dia 24 de abril, em Marília/SP. Todos que fizeram o uso da palavra destacaram a importância da Associação, que estava desativada há seis anos.

O presidente da APM, Marcos Monti, manifestou seu apoio à AMCOP, enfatizando a importância de se trabalhar junto às lideranças da região. “A APM reúne 645 municípios do Estado de São Paulo e é parceira das demais associações. Temos trabalhado bastante, defendendo os interesses dos municípios paulistas”.

Além dos discursos de apoio, com destaque para a união de forças e o fortalecimento da região, foram abordados assuntos como a duplicação da rodovia SP-294, trecho entre Marília e Bauru; ampliação da Faculdade de Tecnologia (Fatec); e outras melhorias que estão sendo feitas pelo governo na área da saúde, educação, habitação e segurança pública.

A AMCOP atende cerca de 70 municípios - 51 da região de Marília e 20 da região de Bauru. Veja mais sobre a posse da diretoria na página “Entidade”.



Foto: Carlos A. Monteiro



Reunião da Amcesp destaca ações ambientais

Por: Neilton Esteves

O presidente da APM, Marcos Monti, esteve presente na terceira reunião da AMCESP - Associação dos Municípios do Centro do Estado de São Paulo, presidida pelo Prefeito de Dois Córregos Luiz Antonio Nais, o Buchinha.

O evento ocorreu em Jaú, dia 8 de maio, e contou com a presença de dezenove prefeitos, vereadores, vice-prefeitos, deputados estaduais e federais.

A presença do Secretário de Estado de Meio Ambiente, Xico Graziano, despertou o interesse dos chefes do executivo da região, que ouviram palestra sobre as metas da Secretaria para este ano, além das informações do Projeto Município Verde.

O Secretário cobrou ações dos prefeitos em relação ao tratamento de esgoto e adequações aos aterros sanitários, com o objetivo de acabar com os lixões. Sobre o projeto, destacou a adesão de mais cidades neste ano e informou que o programa será levado para as escolas.

Graziano esteve presente atendendo

ao convite de seu amigo Buchinha, com quem trabalhou por muito tempo na CODASP. “A reunião foi fantástica, tivemos a oportunidade de apresentar nossas propostas para muitos prefeitos. O tema do meio ambiente é muito importante e a Amcesp entrou com tudo nisso”, disse Xico Graziano, destacando a importância do meio ambiente para o desenvolvimento regional.

Para o Presidente da AMCESP, a reunião veio comprovar o fortalecimento da Associação, principalmente pela presença dos deputados federais Lobbe Neto (PSDB), José Paulo Toffano (PV) e Willian Woo (PSDB) e dos deputados estaduais Roberto Massafera (PSDB), Chico Sardelli (PV) e Aldo Demarchi (DEM). “A questão do meio ambiente no Estado está fortalecida principalmente pelas ações de nosso Secretário no projeto Município Verde; então hoje todos vieram procurar se aprofundar nessas questões”, afirmou.



APM E AVESP FIRMAM PARCERIA

O presidente da APM – Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti; e a presidente da AVESP – Associação das Vereadoras do Estado de São Paulo, Marilene Mariottoni, assinaram um termo de cooperação entre as duas entidades, na quarta-feira, dia 18 de março, na sede da APM.

Por meio desse convênio, a APM cedeu uma sala à AVESP para sua sede, local onde serão realizadas as reuniões mensais da entidade.

O evento contou com a presença de mais de 30 vereadoras, de vários municípios do Estado de São Paulo. Primeiramente, ocorreu a Assembleia Geral, onde foram discutidos assuntos ligados à Associação.

Após a Assembleia, Marcos Monti e Marilene Mariottoni assinaram o termo de compromisso. “Iniciamos aqui uma parceria que temos certeza que será muito duradoura. Para nós, hoje é uma satisfação ter em nossa sede esse espaço da AVESP, que julgamos de suma importância. Queremos realmente mobilizar cada vez mais as mulheres para participarem da vida pública e do movimento municipalista”.

PRESIDENTE DA APM DEFENDE A REVISÃO DO PACTO FEDERATIVO

Na cerimônia de abertura do evento Novos Gestores, realizado em Bauru entre os dias 4 e 5 de março, o presidente da APM, Marcos Monti, falou sobre a importância dos prefeitos (as), vice-prefeitos (as) e vereadores (as) defenderem as bandeiras municipalistas, principalmente quanto à definição do Pacto Federativo. “Temos que votar as leis complementares, regulamentando o artigo 23 da Constituição Federal, estabelecendo as competências da união, dos estados e dos municípios e, assim propor uma justa divisão do bolo tributário”, afirmou.

O prefeito de Bauru, Rodrigo Agostinho, também disse ser necessária a discussão da reforma tributária, para que haja uma divisão mais justa. “Quase toda a arrecadação vem do Governo do Estado ou do Governo Federal e a gente depois tem que ficar mendigando para conseguir trazer de volta recursos que foram arrecadados

dentro de nossa cidade”, desabafou.

Durante a programação, o público pôde conferir a apresentação dos trabalhos da APM. Marcos Monti falou sobre a entidade, sua missão, visão, atuação junto aos municípios e atividades realizadas.

O advogado Antonio Sergio Baptista abordou o tema “Municípios: Crise, não! Eficiência, sim!”; e o economista François Bremaeker ministrou palestra sobre Arrecadação Tributária.

O evento reuniu um público de cerca de 200 pessoas; dentre essas, 50 prefeitos (as).

O saldo foi bastante positivo e de conteúdo enriquecedor, na opinião do presidente da APM. “Acredito que acrescentou muito para o conhecimento do movimento municipalista como um todo. Quem participou, foi informado do que o gestor pode fazer para ter uma melhor conduta em sua gestão e um aprimoramento de sua receita”.



CONSELHO DELIBERATIVO DEFINE REUNIÕES ORDINÁRIAS

Reunidos no início de março, a presidente do Conselho Deliberativo, Marilene Mariottoni, e os conselheiros discutiram assuntos pendentes e decidiram que serão realizadas reuniões ordinárias a cada três meses.

As datas já foram definidas: 10/06, 09/09 e 2/12, das 14 às 16 horas, sempre às quartas-feiras. Segundo Marilene, quando houver necessidade de debater algum assunto urgente, serão marcadas reuniões extraordinárias.



PREFEITOS REÚNEM-SE EM PIRAJU PARA DISCUTIR QUEDA DO FPM

Prefeitos de diversos municípios do estado de São Paulo estiveram reunidos dia 13 de abril, em Piraju, para discutir a queda dos repasses do FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

Mais de 30 prefeitos estiveram presentes, de um público total de 93 pessoas, tendo como anfitrião o prefeito Francisco Rodrigues.

A organização foi da Amvapa - Associação dos Municípios do Vale do Paranapanema, que reúne 14 municípios da região sudoeste do estado e é presidida por Isnar Freschi Soares, prefeito da cidade de Sarutaiá.

Além da Amvapa, foram convidadas mais duas entidades regionais – a Ummes – União dos Municípios da Média Sorocabana, que integra 12 municípios, e o Condersul - Consórcio de Desenvolvimento das Regiões Sul

e Sudeste, composto por 18 municípios.

O presidente da APM – Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, esteve presente e ministrou palestra aos participantes, falando sobre a situação dos municípios frente a essa crise. “O objetivo foi discutir uma posição com relação ao que devemos fazer para enfrentar esse momento. Na verdade, o que os prefeitos e prefeitas precisam, agora, é ter consciência que é uma situação que não será resolvida da noite para o dia. Esse ano todo será de dificuldade”.

Após o evento, foi elaborada a Carta de Piraju, onde constam as duas propostas aprovadas: repasse do FPM em 2009 iguais aos valores de 2008 e compensação dos créditos que os Municípios possuem no INSS com seus débitos.



APM entrega carro à Prefeitura de Casa Branca

O Presidente da APM, Marcos Monti, entregou o Gol Zero KM ao Prefeito Municipal de Casa Branca, Aparecido Antonio Sati, na manhã do dia 23 de abril.

Sati veio a São Paulo acompanhado da vice-presidente da Câmara de Casa Branca, Fernanda Malafatti Silva Coelho.

Casa Branca foi a vencedora do sorteio realizado no encerramento do 53º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela APM de 31 de março a 4 de abril, em Santos.

Como regulamento do sorteio, só podia concorrer ao prêmio os municípios associados à APM que estavam em dia com a anuidade.

A Prefeitura de Casa Branca havia acertado a anuidade na sexta-feira que antecedeu o sorteio.

O prefeito comemorou a notícia, afirmando ter ficado muito feliz com o prêmio. “Foi muita sorte. Uma semana antes do Congresso

acertamos a anuidade, pois não queria participar do evento estando em dívida com a entidade. Além disso, acho muito importante e justo o pagamento, pois a Associação precisa ter sua sustentação para continuar trabalhando em prol dos municípios, defendendo nossos interesses”, comentou o prefeito.

Segundo Sati, o novo veículo será utilizado inicialmente pelo Fundo Social de Solidariedade e pelo Departamento de Promoção Social, para as visitas à comunidade. “Esse carro veio em boa hora. A gente estava precisando. É lindo. Além de ser modelo novo, já está com combustível! Parabéns para a APM”.

Durante a vinda à sede da APM e visita ao presidente Marcos Monti, o prefeito e a vereadora aproveitaram para retirar a carteirinha de Agente Público Municipal, oferecida pela APM a todos os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos municípios associados.



APM realiza reunião com Diretoria e Conselhos

Prefeitos, presidentes de câmaras, vereadores e presidentes de entidades regionais estiveram reunidos com o presidente da APM, Marcos Monti, dia 28 de abril, na sede da Associação.

O motivo do encontro foi discutir com os membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Deliberativo da APM assuntos relacionados à entidade, como o saldo do 53º Congresso Estadual de Municípios, a atuação da APM em prol dos municípios, os cursos oferecidos pela entidade e os projetos que serão implantados.

Marcos Monti apresentou os números do Congresso – público, inscritos, receitas e despesas e destacou que a entidade não pode sobreviver apenas deste evento. “Ela precisa da contribuição dos municípios e apoio de todos para unificarmos a luta municipalista”, afirmou.

Também anunciou que os preparativos

para o 54º Congresso já começaram e que alguns municípios demonstraram interesse em sediar o evento, como Águas de Lindóia, Serra Negra e Campos do Jordão. Marcos Monti tem visitado essas cidades e conversado com os prefeitos para analisar as propostas. “Vamos passar a estrutura que precisamos. Queremos reduzir os custos”.

Em seguida, apresentou um projeto que poderá ser oferecido pela APM aos municípios associados: o Projeto de Inovação Tecnológica para os Municípios de São Paulo, que engloba três ações: Sistema Integrado de Gestão do Processo de Abertura, Alteração e Baixa de Empresas – SIGFácil; Sistema Integrado de Gestão do ISS – SIGISS e Sistema Gerenciador de Publicações Eletrônicas - SIGPub. “A APM terá a licença dos softwares desses três produtos para disponibilizá-los aos municípios que contribuem com a entidade”.

MARCOS MONTI PARTICIPA DE ENCONTRO COM ENTIDADES

O Presidente da APM, Marcos Monti, participou do Encontro com representantes das entidades estaduais de municípios, dia 6 de abril, na sede da CNM, em Brasília.

Em pauta, foram discutidos os problemas enfrentados pelas pre-

APM PROMOVE CURSO SOBRE ITR

A APM promoveu um novo curso sobre Municipalização da cobrança e da fiscalização do ITR – Imposto Territorial Rural, em parceria com a Escola GTM WEB – Gestão Tributária Municipal, no dia 19 de março.

Estiveram presentes mais de 30 pessoas, representando 20 municípios do Estado de São Paulo. O curso foi ministrado por Eudes Sippel, representante da CNM - Confederação Nacional de Municípios - no Simples Nacional e na municipalização do ITR, Auditor de Rendas do Município de Santa Cruz do Sul/RS e Diretor do Departamento de Administração Tributária.

O objetivo foi mostrar a importância de os municípios fazerem a adesão ao convênio, para que possam receber 100% do produto da arrecadação.

Conforme destacou o presidente da APM, Marcos Monti, o dinheiro arrecadado pode ser investido diretamente na área rural, com manutenção das estradas, por exemplo. A adesão pode ser feita por meio do Portal do ITR, na página da Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br).

feituras brasileiras em virtude da crise econômica mundial, que tem diminuído a arrecadação de tributos – IPI e IR – os quais compõem o Fundo de Participação de Municípios (FPM).

Prefeitos do Vale discutem soluções de saneamento e aterros sanitários com presidente da Funasa

O assunto principal da reunião foi a regularização dos aterros sanitários dos municípios do Vale do Ribeira, que na quase totalidade estão fora dos padrões exigidos pela Cetesb. A única cidade com aterro avaliado com nota 9,3 na região é Cajati. A solução sugerida durante o encontro foi a criação de aterros conjuntos

Prefeitos integrantes do CODIVAR – Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira, que totaliza 23 municípios, receberam no dia 24 de abril o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Danilo Forte, que veio à região acompanhado dos engenheiros e técnicos Raze Rezek e José Antônio da Motta Ribeiro. O encontro ocorreu na sede do Consórcio, em Juquiá, e contou,

da maioria das cidades da região e também as diretrizes de ações do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

Entre 2007 e 2010 estão previstos 4 bilhões para investimentos em saneamento. Cidades com menos de 50 mil habitantes representam 90% dos municípios do país e 27% da população urbana. “A Funasa disponibiliza o recurso e direciona diver-

melhor os projetos disponibilizados pela Funasa. Foi uma oportunidade ímpar que ajudará muitos projetos nos municípios, solucionando problemas que há muito tempo atingem nossa região”, frisou o prefeito de Juquiá, cidade sede do Consórcio, Merce Hojeijé.

Segundo o prefeito de Cajati, Luiz Koga, a cidade é a única no Vale a possuir aterro sanitário de acordo com as exigências da Cetesb, que inclusive avaliou o aterro de Cajati com nota 9,3, a partir do índice de qualidade de aterro de resíduo (IQR), publicado anualmente pela Cetesb. “Precisamos agora organizar melhor nossa coleta seletiva, para aumentar a vida útil de nosso aterro. Conhecemos hoje caminhos através da Funasa para colocar em prática várias ações nesse sentido”, disse o prefeito que estava acompanhado da diretora de saúde, Inês Kawamoto e do Diretor de Meio Ambiente, Ronaldo Pereira da Silva.

Na reunião, representantes da Funasa levantaram a possibilidade de criação de um aterro unificado na região do Vale do Ribeira, porém alguns prefeitos sugeriram aterros coletivos entre cidades mais próximas, o que será avaliado e estudado durante a assinatura de um termo de compromisso. Municípios como Itatiri e Pedro de Toledo, que ficam a 5 quilômetros de distância, já começaram a apresentar projeto para criação de um aterro conjunto.

Após a reunião, os prefeitos foram recebidos um a um pelo presidente da Funasa e pelo deputado federal Arnaldo Jardim, quando entregaram reivindicações à Fundação de Saúde. O diretor de Meio Ambiente da cidade de Juquiá, Antônio Zaghi, ressaltou que as prioridades na área de saneamento são o urbano, na Vila Sanches e nos Núcleos Rurais.



ainda, com a presença do deputado federal Arnaldo Jardim.

O principal objetivo foi discutir soluções para os aterros sanitários da região do Vale do Ribeira, considerando que a quase totalidade dos municípios possui, atualmente, depósitos não regulares, com índices de qualidade abaixo dos recomendados pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb). A ideia é conseguir recursos da Fundação para adequar e implantar os aterros nas cidades já notificadas pela Cetesb.

Durante a reunião, os prefeitos puderam conhecer os projetos da Funasa para municípios com menos de 50 mil habitantes, o que representa a realidade

sos caminhos, com ações que estão sendo apresentadas aqui hoje pela nossa equipe técnica. Porém, é preciso que os municípios apresentem projetos e se organizem. Estamos à disposição dos prefeitos, mas queremos discutir questões concretas e objetivas, até para que os recursos sejam liberados com mais agilidade e os problemas dos municípios sanados de forma efetiva”, disse Danilo Forte.

Os prefeitos do Vale do Ribeira aproveitaram o evento para tirar dúvidas com os técnicos da Funasa que apresentaram projetos de ações ligadas ao saneamento urbano e rural. “O encontro de hoje foi importante para que os prefeitos da região pudessem conhecer



Nepotismo: 10 perguntas que não querem calar

Por Isabela Giglio Figueiredo*

Tive a oportunidade de ministrar, no último Congresso da Associação Paulista de Municípios, a palestra intitulada “Eficiência e Nepotismo: a visão dos Tribunais”, quando pude constatar de maneira contundente o tremendo alarido que o tema causou entre cidadãos, servidores públicos, Prefeitos, Secretários etc.

Boa parte das inúmeras dúvidas que cercam a Administração Pública podem ser sanadas a partir da inteligência da própria Súmula vinculante nº 13, consoante ressaltei naquela oportunidade.

No entanto, algumas indagações relevantes e complexas ainda permanecem sem resposta, tendo o Supremo Tribunal Federal alertado para o fato de que cada caso deve ser analisado isoladamente.

De qualquer sorte, não devemos poupar

esforços para tentar compreender o sentido e o alcance da medida imposta pelo Tribunal, a fim de facilitar a sua aplicação nos Municípios.

Isto porque a Súmula nº 13 tem caráter vinculante, qualidade que impõe que todas as decisões administrativas e todos os atos administrativos sejam praticados de acordo com o seu conteúdo.

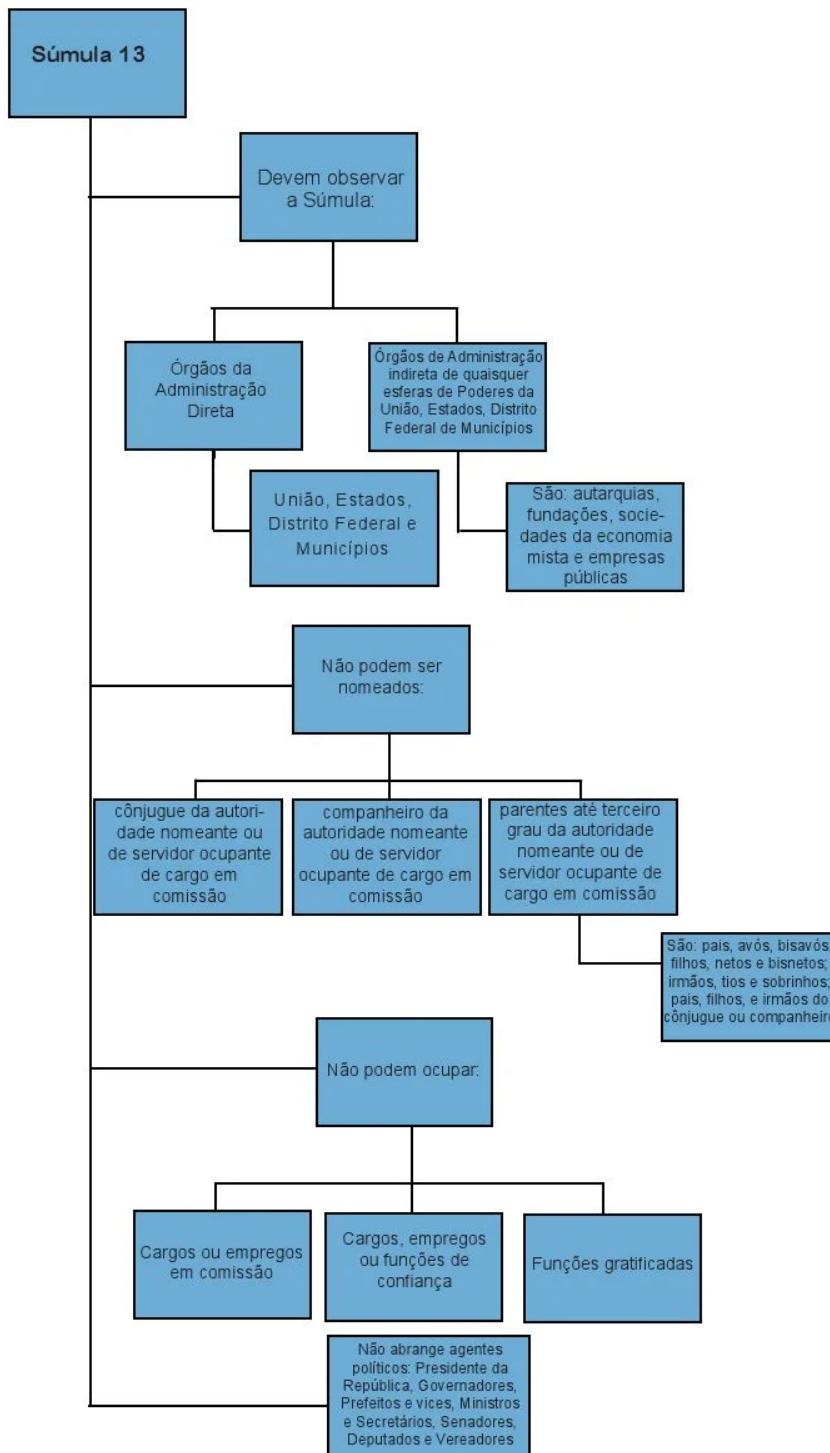
Relembremos, pois, o que diz a Súmula: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer

dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.”

A partir da análise do conteúdo da súmula, é possível obter as respostas às seguintes perguntas:

1. Quem tem obrigação de respeitar o conteúdo da Súmula?
2. Quem não pode ser nomeado para o exercício da função pública?
3. Para quais cargos não podem ser nomeados parentes?

As respostas podem ser extraídas do quadro explicativo abaixo exposto. Senão, vejamos:



Contudo, questões de alta indagação pairam nos ares do Poder Público, não havendo, ainda, qualquer precedente do Supremo Tribunal Federal que as solucione de maneira definitiva.

Será que os exemplos abaixo contrariam a Súmula?

1. Determinada servidora ocupante de

cargo em comissão na Câmara Municipal há 20 (vinte) anos teve seu irmão eleito Vereador. Deve ser exonerada?

2. Servidor ocupante de cargo em comissão em uma fundação pública tem sua esposa ocupando cargo em comissão em uma autarquia municipal. Pode permanecer no cargo?

3. Diretora de escola municipal teve seu marido eleito deputado estadual. Deve ser exonerada?

4. Servidora ocupante de cargo efetivo que recebe por uma função gratificada teve seu marido eleito Vereador. Deve perder a função gratificada?

5. Presidente do Fundo Social de Solidariedade que não é esposa do Prefeito pode ser irmã do Secretário?

6. Determinado assessor parlamentar da Assembléia Legislativa, altamente gabaritado, com título de especialização, é sobrinho de Deputado Estadual. Se não restar comprovado o nepotismo cruzado, ele pode permanecer no exercício do cargo em comissão ou a nomeação independe de comprovação?

7. E o chamado “nepotismo terceirizado”, criado recentemente, que compreende a contratação de parentes para trabalharem em empresas privadas que mantêm contratos com o Poder Público, está vedado pela Súmula?

8. Se a Súmula tem aplicação retroativa, como enfrentar as situações de injustiça decorrentes da sua aplicação?

9. A quais consequências estará sujeito aquele que descumprir a Súmula?

10. Será punido apenas o responsável pela nomeação ou o Prefeito pode ser responsabilizado?

É bem de ver que alguns julgamentos antigos do Supremo Tribunal Federal apontam vertentes para a interpretação da Súmula, especialmente para demonstrar que o intuito maior da medida consiste, justamente, em proibir a presença e a nomeação ou contratação de parentes no âmbito do serviço público.

No entanto, não foi possível, até o presente momento, reduzir a celeuma que as questões ora comentadas produziram na Administração Pública, restando aos interessados permanecer na busca pela melhor orientação, a fim de seguir as determinações do Supremo Tribunal Federal.

Isabela Giglio Figueiredo é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM - Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” (isabela@conam.com.br).

COMÍCIO

Por Claudio Manesco

Década de 60, interior de Minas Gerais. João Alfaiate, candidato do PTB, não teve berço de ouro. Ao contrário, nascera nas imediações da parte velha da cidade e teve sua infância e adolescência mesclada de experiências no meio de boêmios, prostitutas, artistas e de gente que dava um duro danado para sobreviver.

De cortiço em cortiço, João foi fazendo sua história. Foi engraxate, oleiro e camelô até que virou ajudante na alfaiataria do Seo Antônio. Tomou gosto pela coisa, virou alfaiate de primeira linha e passou a desenhar ternos para vereador, juiz, prefeito, coletor e tantas outras autoridades.

Continuava popular e o convívio com os políticos lhe avivou o desejo de candidatar-se a vereador. Insinuou-se e conseguiu ser convidado pelo PTE a disputar uma vaga na Câmara Municipal.

Durante um comício, em frente à Praça da Matriz do lado pobre e velho da cidade imaginou um discurso inflamado, emocionante, daqueles em que pudesse chamar o povo a participar, criando um clima para um fecho apoteótico.

- Meus amigos e amigas. Na hora de votar vocês precisam ter a clareza do que fazer.
- Por exemplo, o candidato José Nepomuceno, do PSD a vida toda viveu no meio do gado, cuidando do seu latifúndio. O que ele é?
- O povo respondeu sem hesitar: - Fazendeiro.
- Isso mesmo, é um fazendeiro que tem os seus interesses e não merece o voto de vocês.
- Agora me digam. Carlos Castro de Magalhães, candidato da UDN, é de

uma família de quatrocentos que sempre esteve encastelado no poder. O que ele é?

Em uníssono a multidão fez o coro:

- Candidato dos ricos.
- E agora me digam. Vocês me conhecem. Cresci e me criei nessas ruas, sou filho dos cortiços, habitante dos bares, conhecedor de cada beco e de cada detalhe desse lado menos privilegiado do município. O que sou eu? Fez-se o silêncio, até que um bêbado de voz embargado sentenciou: Fi....FiiiiFiFi...Filho da P.....

Ouviram-se risadas e o comício simplesmente acabou. O fato é que o nosso alfaiate não se deu conta de uma velha máxima da política: não fazer perguntas públicas, das quais não se tem a certeza da resposta.

“ Não faça perguntas públicas das quais não se tem a certeza da resposta ”



Casos havidos ou romanceados, “causos” são objeto desta nossa cultura que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A ideia é que desfilem casos e “causos” que resgatem a curiosidade da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o email: claudio@bureaudeideias.com.br

10º CBTIM



Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios

Senhores Prefeitos, Vice Prefeitos, Vereadores e Gestores Municipais da área de T.I (Tecnologia da Informação).

Programem-se para participar do único evento em T.I do país voltado para os municípios e ficar sabendo das maiores novidades no setor.

De 03 a 05 de Novembro de 2009



F R E I C A N E C A S H O P P I N G
Rua. Frei Caneca, 569 - Cerqueira César - São Paulo - SP



INFORMAÇÕES

Fone/Fax: (11) 2165-9999 - Email: apaulista@apaulista.org.br - www.apaulista.org.br



Bradesco. Completo em soluções de produtos e serviços para o Poder Público.

Somente um banco completo oferece tecnologia, experiência e plataformas completas de atendimento, com produtos e serviços que atendem às necessidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Procure uma agência do Bradesco ou acesse nosso site e conheça todas as soluções exclusivas para o Poder Público. O Bradesco inova para tornar a sua vida mais completa.

bradescopoderpublico.com.br

Bradesco completo



Bradesco